



30^{Anos}
ASSEMPERJ

Lutas Trajetórias & Desafios

 Assemperj

ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

 **SINDSEMP-RJ**
SINDICATO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



**Associação dos Servidores do Ministério Público
do Estado do Rio de Janeiro**

**Associação dos Servidores do Ministério
Público do Estado do Rio de Janeiro**

Edição e Textos
Eduardo Sá

Pesquisa
**Centro de Memória Procurador de Justiça João Marcello
de Araújo Júnior: Nataraj Trinta, Maristela Santana e
Nayara Santos**

Revisão
Cristina Siqueira

Design Gráfico e Diagramação
Thais Eiras

Impressão
Rotaplan Gráfica e Editora

Patrocínio:



Apoio:





Agradecimentos

Alberto Ledur	Juliana Vargas
Aline Cavalcanti	Lorena Azeredo
Aline Faria	Marcelo Rodrigues
Anália dos Santos	Márcia Nogueira
Ana Lúcia dos Santos	Márcio Klang
Augusto Oliveira	Marfan Vieira
Carlos Bessa	Maria da Glória Araújo
Carlos Brizzante	Maria das Graças
Centro de Memória	Maristela Santana
Claudio Capovilla	Nataraj Trinta
Cláudio Henrique da Cruz	Nayara Santos
Cristina Souza de Siqueira	Nelson Antunes
Eduardo Sá	Ozias José
Eloisa Grijó	Pablo Rafael
Emerson de Oliveira	Paulo Gustavo
Fabiano Holanda	Pedro Florêncio
Fabio Maia	Procurador de Justiça
Fanny Freitas	João Marcello de Araújo Júnior
Felipe Teixeira	Rodrigo Lelis
Flávio Sueth	Thais Eiras
Gustavo Belmonte	Uilson da Fonseca
Heloisa Helena Sá	Victor Hugo da Silva
Hugo Jerke	Vinícius Zanata
Ileana M. I. Teixeira	Virgílio Stavridis
José Arruda	Vittorio Lo Bianco
José dos S. Carvalho Filho	Wanderlei Mattos



Flávio Sueth Nunes

Presidente da Assemperj - 2019/2021



A Assemperj comemora 30 anos e nesse marco é fundamental darmos uma olhada para o nosso passado, para entender e refletir sobre os caminhos trilhados pelos servidores do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) e, por consequência, projetar o futuro que almejamos. Aproveitamos para destacar personagens importantes neste processo e, principalmente, registrar a evolução do serviço público no MPRJ. Nossa instituição ganhou força e importância com a Constituição Federal de 1988 e desde então os servidores têm um papel fundamental nessa construção.

É o primeiro registro de memória da nossa entidade, um esforço fundamental para marcar nossa identidade institucional. Buscamos aqui reforçar a importância de entendermos o papel e contribuição de uma entidade de classe aos servidores públicos e aos trabalhadores de uma forma geral. A Associação começou bem pequena, não tinha nem espaço físico, e foi conquistando ao longo do tempo uma estrutura, com funcionários, recursos, e passou a gerir serviços aos associados. Hoje, temos uma equipe que atende mais da metade do quadro funcional do MPRJ.

Destacamos também a função de mobilização junto aos servidores e outras entidades estaduais e nacionais em defesa dos seus direitos. São muitas conquistas e vitórias da categoria retratadas nesta publicação, graças à participação da Assemperj e ao engajamento dos associados em prol das suas reivindicações. Todos os direitos e garantias que os servidores do MPRJ têm hoje são fruto de lutas e negociações intermediadas pela Associação junto à Administração. Nada nos foi dado de mão beijada nestes 30 anos.

Hoje, temos uma diretoria composta por servidores de diversos setores, o que fortalece nossa atuação. Contribuímos não só na defesa corporativa dos servidores, mas também na construção de um MPRJ mais justo internamente e eficiente para a população. Estamos sempre em favor de um ambiente de trabalho melhor para todos e cada vez mais centrais no reconhecimento da instituição. Conquistamos a clareza de que, sem a participação democrática dos servidores, não é possível fazer o MPRJ cumprir suas atribuições constitucionais.

Com essa publicação pretendemos colaborar para que todas e todos tenham um pouco de conhecimento sobre a nossa história. Inscrevemos a Assemperj no rol de tantas entidades trabalhistas que compõem a base democrática e tanto contribuem para equilibrar as relações em nossa sociedade e garantir direitos. Nosso objetivo é também valorizar nossa categoria, pois, só a partir da conscientização desta trajetória, poderemos entender melhor quem somos. Vivemos um período muito desfavorável ao serviço público, de ameaças aos nossos direitos e descrença da sociedade frente às desinformações que circulam, inclusive vindas de poderes democraticamente constituídos, como a atual gestão do governo federal. Por isso, esta memória se torna ainda mais relevante. A articulação e o engajamento sempre foram nosso maior instrumento em busca de vitórias, e é isso que a história aqui retratada nos mostra. Que sigamos nesses passos por muito mais do que os próximos 30 anos!

Luciano Mattos

Procurador-Geral de Justiça do MPRJ - 2021/2023



O espírito associativo é um valor essencial no corpo social e decisivo ao aprimoramento das instituições, notadamente daquelas mais complexas e marcadas pela pluralidade e diversidade de ideias. Firme nesta convicção, recebo com grata satisfação a oportunidade de endereçar essas breves palavras em homenagem e congratulação aos relevantes serviços prestados pela Associação dos Servidores do MPRJ (Assemperj), em seus trinta anos de existência. Uma parte dessa valerosa trajetória pude testemunhar, no período de 1992 a 1994, quando fui servidor do MPRJ e associado da entidade, denominada à época como Asproju, comandada pela querida colega Graça.

Nesta data festiva, não poderia deixar de registrar referências elogiosas a todos os líderes que, à frente da Assemperj, delinearam por meio do diálogo e da integração o espírito associativo maduro que atualmente permeia nosso corpo de servidores. O agir em associação é o resultado do esforço cooperativo, de uma postura de compreensão de desafios e de gestão compartilhada das soluções. Por tais razões, estimular a cultura associativa é prestigiar o crescimento pessoal sem descuidar, no entanto, da solidariedade que deve informar nossas ações em ambiente comunitário.

Cultivo, desde os primeiros anos como servidor até o cargo de Chefia Institucional que atualmente ocupo, a convicção de que o maior ativo de nossa Instituição repousa em seu corpo funcional. Indistintamente, membros e servidores sempre souberam somar esforços e fazer da postura colaborativa o ferramental mais efetivo para a construção dos consensos possíveis.

Sinto-me particularmente feliz em acompanhar este momento de júbilo da Assemperj porque também dediquei importantes anos de minha vida à experiência associativa. Participei diretamente da Amperj por 12 anos, 06 deles como diretor de prerrogativas e os outros 06 anos como presidente, ocasião em que apreendi lições que traduzem a essência da vida em associação. Juntos somos mais fortes, mais criativos e mais razoáveis. Força, capacidade de se reinventar, equilíbrio e razoabilidade são ativos de grande importância. Tais fatores devem florescer no ambiente associativo e ajudam a converter desafios em oportunidades. Por tais razões, o relacionamento próximo, respeitoso e transparente entre a Chefia do MPRJ e a Assemperj deve ser um dos vetores do agir institucional, na linha da sólida tradição de diálogo construída por todos aqueles que me antecederam nestas três décadas de trajetória.

A Assemperj é uma porta voz qualificada dos legítimos interesses dos servidores de nosso *Parquet*. Como intermediária dessas aspirações, a Associação detém um papel muito importante na profissionalização de nossos servidores. Acima de tudo, a Assemperj é essencial na construção de um ambiente laboral que potencialize a realização do interesse público e a satisfação dos anseios pessoais de seu corpo de associados. Aproveito este momento para convidar os leitores a realizarem, nas páginas seguintes, proveitosa reflexão sobre o valor da cultura associativa enquanto desfrutam de um “passeio” pela memória institucional da entidade. Finalizo desejando parabéns para Assemperj e a todos os seus associados. E pedindo apoio para que juntos, membros e servidores, possamos aprimorar e engrandecer o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro!



Márcio Klang

Coordenador do Centro de Memória Procurador de
Justiça João Marcello de Araújo Júnior MPRJ

Se indagarmos o que é História, um atento leitor saberá responder corretamente: é o estudo do ser humano no tempo. Mas e a História Institucional: é o estudo do ser humano no tempo da instituição ou estudo da instituição no tempo do “ser humano”? Ambos e um pouco mais. Não se pensa uma estrutura social, um coletivo qualquer sem analisar o que o corporifica, o delimita, o une em toda a sua diversidade a ponto de construir valores, princípios, o sentido de identidade e seus “nós”. Tão pouco se entende uma realidade sem as especificidades temporais demandadas em cada análise.

Se as atividades fins dão “o norte”, toda uma cadeia de funções, tarefas, execuções e encaminhamentos fazem parte do percurso que sem os profissionais servidores não seria possível realizar. É curioso avaliar que se hoje, em 2021, possuímos mais de 3.800 servidores, no início das atividades do *Parquet*, ou seja, entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, não tínhamos ainda sequer quadro próprio de funcionários técnicos no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Usávamos a estrutura da Secretaria da Corte de Apelação, cujos servidores respondiam ao Judiciário. Eram tempos de luta por independência e autonomia. Essa batalha não foi menor após os anos de 1960, quando ainda tínhamos duas estruturas ministeriais no Estado do Rio de Janeiro, porém os ganhos de batalhas foram mais visíveis: a lei 5.111 de 08/12/1962 previu pela primeira vez a criação de 24 cargos administrativos para a Procuradoria-Geral do antigo Estado do Rio de Janeiro que seriam ocupados através de concurso. Eram secretárias, escriturários, arquivistas, datilógrafos etc. Mas nada se compara ao primeiro concurso após a Constituição da República Federativa Brasileira com um *Parquet* Fluminense mais unido e forte no qual foram preenchidas 174 vagas em 1991 entre Auxiliares de Portaria e Serventes, Agentes e Auxiliares de Procuradoria, e Técnicos de Procuradoria. Os tempos neoliberais trouxeram novos ventos e tempestades, novas formas de contratação de profissionais especializados, enquanto as exigências sociais continuaram demandando recursos humanos.

Nesses 130 anos de História do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, não é possível pensar sua estrutura sem investigar o que ela tem de mais rico e insubstituível: sua gente! Aqueles que trabalham e aqueles para os quais o trabalho se endereça. E como lugar de fala é essencial para o fortalecimento das categorias profissionais, as associações são urgentes na construção democrática dentro e fora do *Parquet*. Com muito orgulho festejamos em 2021 os 30 anos de existência da Associação dos Servidores do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

Índice

Galeria dos PGJs

Galeria dos Presidentes

10

11

01

História do MPRJ

13

02

Primeiros passos da Entidade de Classe

21

03

Conquistas a partir das primeiras mobilizações

27

04

Assemperj: Consolidação Administrativa e Associativa

35



05

Avanços reivindicatórios
no MPRJ e nas ruas

43

06

Modernização e Crescimento
da Assemperj

53

07

Desafios atuais e pautas
históricas pendentes

61

08

Eventos Culturais

67

09

Depoimentos e Homenagens
PGJs
Membros
Primeiros Associados
Parceiros
Funcionários
Diretores e Beneméritos

71

Galeria dos PGJs

Representamos abaixo nesta galeria de imagens todos os PGJs que passaram pela Administração Superior do MPRJ após a fundação da Assemperj, no ano de 1991. O objetivo é ilustrar quais os membros que se relacionaram com a diretoria da nossa entidade ao longo dos últimos 30 anos.



**Antonio Carlos
Biscaia**

1991 | 1995



**Hamilton
Carvalhido**

1995 | 1999



**José Muiños
Piñeiro Filho**

1999 | 2003



**Antônio Vicente
da Costa Júnior**

2003 | 2005



**Cláudio Soares
Lopes**

2009 | 2013



**Marfan Martins
Vieira**

2013 | 2017



**José Eduardo
Ciotola Gussem**

2017 | 2021



**Luciano Oliveira
Mattos de Souza**

2021 | 2023

Galeria dos Presidentes

Na galeria abaixo, estão todos os representantes da Assemperj desde a sua fundação, em 15 de julho de 1991. Todos deixaram seus depoimentos nesta obra, exceto a segunda presidente, Maria Teresa Reis Mendes, que já faleceu e prestamos aqui nossa homenagem a ela. Destacamos a participação de servidores e servidoras em todas as diretorias, de modo a sempre garantir a equidade de gênero.



**Maria das Graças
Oliveira Machado**

1991 | 1994



**Maria Teresa Reis
Mendes (in memoriam)**

1995 | 1996



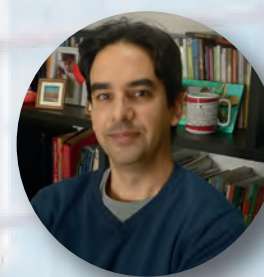
**Uilson
da Fonseca**

1997 | 2000



**Victor Hugo
da Silva Carvalho**

2001 | 2004



**Paulo Gustavo Hundertmark
Barroso Junior**

2005 | 2006



**Fanny Freitas
Lopes de Castro**

2007 | 2008



**Felipe Teixeira
Souza Júnior**

2009 | 2012



**Maria da Glória
Araújo Amaral**

2013 | 2016



**Flávio Sueth
Nunes**

2017 | 2021



01

História do MPRJ

O Nascimento da Instituição em defesa dos cidadãos

Segundo pesquisas do Centro de Memória do MPRJ, os primeiros registros sobre a construção do Ministério Público são do Senador e Procurador da Coroa e da Fazenda Nacional, José Antônio da Silva Maia, que apresentou, no dia 09 de junho de 1845, ao Senado, um projeto de lei para instituir um Ministério Público do Império, o qual não prosperou. Após uma longa discussão sobre a reforma judiciária, que estava na agenda política e social da época, pautando a separação da justiça e da polícia, a reorganização da magistratura e criação da Ordem dos Advogados Brasileiros (OAB), entre outros temas, o Ministro da Justiça, José Tomás Nabuco de Araújo Filho, apresentou na Câmara dos Deputados, no dia 15 de maio de 1866, um projeto de lei propondo a criação do *Parquet*.

A institucionalização do órgão só ocorreu com a criação do cargo de Procurador-Geral da República por meio do Decreto Federal nº 848/1890, consolidado na Constituição Federal de 1891. Logo em seguida, surgiram as propostas de estruturação interna e de atribuições em leis específicas nos âmbitos da Procuradoria-Geral do Distrito Federal (Decreto Federal nº 1.030/1890) e da Procuradoria-Geral do Estado, que veio a ser depois a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (Decreto Estadual nº 272/1891).

Neste período os ideais franceses de liberdade, igualdade e fraternidade já inspiravam um Ministério Público para defender e representar a sociedade, não só para perseguir o criminoso como defender o inocente e proteger a liberdade individual. Responsável não só pela “fiscalização da exacta e uniforme observância das leis e regulamentos” (art. 4º § 1º do Projeto Nabuco Araújo), mas também por requerer o *habeas-corpus* a favor de nacional ou estrangeiro que sofresse prisão ilegal e impetrar graça imperial a favor do réu condenado em processo nulo ou fundado em falsas provas.

Os Promotores Públicos estariam sob a chefia do Procurador da Coroa, subordinado a D. Pedro II, e atuariam nas áreas criminal, administrativa, comercial e civil, podendo se estender a todas as violações do princípio da Justiça. O Decreto Imperial nº 5.618/1874, que alterou o regulamento dos tribunais da relação do Império, é o primeiro registro do termo “Ministério Público” na legislação brasileira ao se referir aos Promotores Públicos e ao Procurador da Coroa, que atuavam na primeira e segunda instâncias.



Nabuco de Araújo - Acervo Fundação
Biblioteca Nacional - Brasil

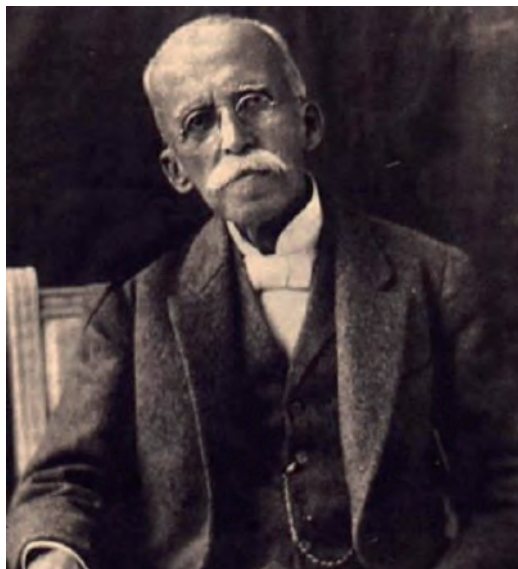
Toda a burocracia estatal da época era exercida predominantemente por uma elite letrada, formada inicialmente no curso de Direito da Universidade de Coimbra e depois pelas Faculdades de Direito de Olinda e de São Paulo, ambas criadas em 1827. Com o crescimento da corte e das cidades, grupos da classe média começaram a compor também os diversos segmentos da política e da administração pública brasileiras.

Em uma sociedade marcada pelo regime escravocrata e pela concentração de terras e rendas, os cargos na magistratura eram nomeados pelo imperador D. Pedro II a partir de indicações políticas conforme as influências e conflitos políticos nas vilas, comarcas, cidades e províncias. Não havia concurso público. Muitos bacharéis formados à época sonhavam com a carreira jurídica e a passagem pela Promotoria Pública era uma etapa necessária para a entrada na alta burocracia estatal. Suas atividades concentravam-se principalmente na área criminal, sobretudo no Tribunal do Júri.

As propostas de institucionalização do MP foram concebidas em meio ao debate que envolvia a Abolição da escravidão. Havia a previsão de atuação dos membros nas questões de liberdade, como de fato foi determinado nos regulamentos das Leis do Ventre Livre (1871) e do Sexagenário (1885). O Estado passou a administrar a concessão de alforrias e a fiscalizar se as condições de liberdade previstas em lei estavam sendo cumpridas, cabendo ao agente ministerial esta função. Desse modo, muitos escravizados, libertandos e libertos procuravam o Poder Judiciário, pleiteando ações de liberdade e questionando violações. Na Corte, as demandas eram julgadas na 2ª Vara de Órfãos e participavam o Adjunto de Promotor e o Curador-Geral de Órfãos. Caberia também a eles aplicar o regulamento que exigia a matrícula ou o registro especial dos chamados ingênuos, filhos livres das mulheres escravizadas, e dos escravos adultos contemplados pela Lei do Ventre Livre. Quanto à Lei do Sexagenário, os agentes ministeriais fiscalizavam: as matrículas dos escravizados maiores de sessenta anos, as inscrições nos Fundos de Emancipação, a formação de pecúlio dos cativos em situação de liberdade e o tráfico interprovincial.



Capa do documento da Lei do Ventre Livre. Foto: Arquivo Nacional.



Rui Barbosa foi um destacado jurista, advogado, político, diplomata, escritor, filólogo, jornalista, tradutor e orador. Foto: Reprodução Internet.



Joaquim Nabuco foi um dos principais abolicionistas. Era um político, diplomata, historiador, jurista, orador e jornalista brasileiro. Foto: Reprodução Internet.

Vários setores da sociedade, desde advogados e políticos, como Joaquim Nabuco e Rui Barbosa, a jornalistas, escravizados e libertos mobilizavam-se pela abolição total da escravidão. Havia inclusive projetos para ressocialização do escravizado na condição de liberto com a pequena propriedade. Enquanto isso, políticos e proprietários defendiam no Parlamento que a economia dependia da escravidão e o sistema chegaria ao colapso com o seu fim, e, diante dessa possibilidade, reivindicavam compensações do Estado à elite cafeeira. A Abolição conjugou partes das duas propostas. No entanto, as medidas de reintegração dos libertos na estrutura social não aconteceram. Quase 133 anos depois, racismo, preconceito e pobreza predominam na nossa sociedade, mas também cresce o debate sobre políticas de reparação social para etnias e grupos marginalizados. Segundo o último censo decenal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2009, metade da população brasileira se declara parda ou negra, ao mesmo tempo em que ocupa os piores índices de distribuição de renda e desigualdades sociais.

A Institucionalização

Após a Proclamação da República e antes da Constituição Federal de 1891, por meio de dois decretos: nº 848 e nº 1.030 de 1890, o então Ministro da Justiça, Campos Sales, institucionalizou definitivamente o MP. O primeiro decreto criou e estabeleceu as atribuições do cargo de Procurador-Geral da República na estrutura da Justiça Federal, e o outro organizou a Justiça do Distrito Federal. O chefe do Ministério Público da Capital passou a ser o Procurador-Geral do Distrito Federal. Pouco depois, o art. 58. 2º na Constituição de 1891 consolidou a institucionalização do *Parquet*.

Neste período, no Rio de Janeiro coexistiam o Estado do Rio de Janeiro (capital Niterói) e o Distrito Federal, com poderes Executivo, Legislativo e Judiciário organizados de forma independente. Em relação ao Ministério Público, ambas as estruturas se desenvolveram em paralelo até a fusão da atual Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro em 1975. De um lado, a Procuradoria-Geral de Justiça do antigo Estado Rio (1891-1975) e, de outro, a Procuradoria-Geral de Justiça do Distrito Federal (1891-1960), sucedida pelo Estado da Guanabara (1960-1975) devido à transferência da capital para Brasília. Os órgãos de execução do *Parquet* acompanhavam e espelhavam a organização judiciária do Estado.



Campos Sales foi Ministro da Justiça, em 1890, e presidente da República entre 1898 e 1902. Foto: Reprodução Internet.

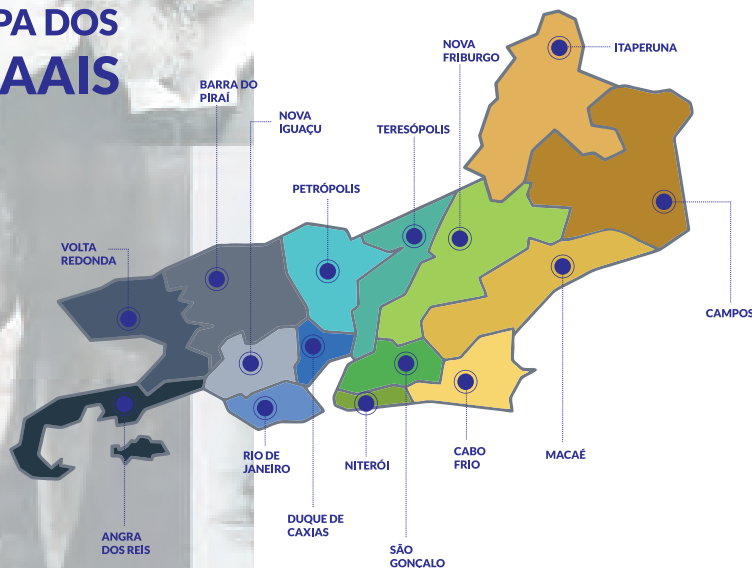
Foram criadas Promotorias Públicas em cada vara ou juízo nas comarcas, abrangendo um ou mais municípios, nas quais um Juiz de Direito exercia a autoridade. Em 1891, o Estado contava com 45 comarcas e o Distrito Federal com 21 pretorias, repartições criadas em substituição aos Juízos de Paz para julgar causas cíveis e criminais. O Procurador-Geral, nomeado entre os Desembargadores de cada casa, atuava junto com um Subprocurador-Geral na 2ª instância no Tribunal de Relação no Estado e na Corte de Apelação no Distrito Federal. As Procuradorias-Gerais do Estado e do Distrito Federal não possuíam instalações próprias, ocupando espaços cedidos pelo Poder Judiciário.



Segunda sede da Procuradoria-Geral da Justiça do extinto Estado da Guanabara e primeira sede da Procuradoria-Geral de Justiça do atual Estado do Rio de Janeiro, na Av. Nilo Peçanha nº 12, Centro. Foto: MPRJ/CODCOM.

A primeira sede própria do MP foi adquirida em 1966 nos andares 2º e 3º do prédio da Av. Nilo Peçanha, nº 12, Centro. Com a ampliação das atividades institucionais, foi inaugurado no ano de 1997 o atual Edifício-sede na Av. Marechal Câmara nº 370. Na mesma região também se encontram as sedes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Defensoria Pública-Geral do Estado do Rio de Janeiro e do Ministério Público do Trabalho. Em 2008 foi inaugurado o edifício das Procuradorias de Justiça, quase na mesma época em que foram comprados alguns andares do Edifício Canavarro, que foi totalmente adquirido em 2013 e teve seu nome alterado para Edifício Procurador-Geral de Justiça Carlos Antônio da Silva Navega em 2018. Os três prédios juntos compõem o Complexo-sede do MPRJ. Nele estão reunidas a administração superior, a maior parte da estrutura administrativa dos serviços auxiliares e diversos órgãos de execução de primeira e segunda instâncias.

MAPA DOS CRAAIS



Com quase 130 anos, o MPRJ está presente em praticamente todo o Estado por meio dos Centros Regionais de Apoio Administrativo e Institucional (CRAAIs), que foram criados para descentralizar a administração. Hoje existem 15 regiões amplas com 138 sedes regionais em 92 municípios. São responsáveis pela supervisão dos serviços administrativos, zelam pelo patrimônio e intermediam as relações com as Promotorias de Justiça e a Procuradoria-Geral. Todos os CRAAIs têm um membro e um supervisor responsáveis pela coordenação, ao todo são 21 sedes regionais próprias, 198 Procuradorias de Justiça e 708 Promotorias de Justiça.

A Carreira do Servidor do MPRJ

Os concursos públicos no Brasil foram regulamentados pela primeira vez na Constituição Federal de 1934. Até então, o ingresso nas carreiras públicas ficava à mercê das indicações políticas. Na legislação havia poucos critérios definidos para o exercício de algumas profissões em caráter permanente da administração estatal, bem como nomeações, remoções e vencimentos. O primeiro concurso para ingresso no MP no âmbito do Rio de Janeiro foi de prova de títulos, realizado para a Procuradoria-Geral do Distrito Federal, estipulado pela Lei Federal nº 256 de 28/09/1936 (Art. 5º). Poucos anos depois, houve o primeiro processo seletivo para a Procuradoria-Geral do Estado, em 12/12/1942. Os parâmetros para a organização da função pública e a formação dos quadros de maior responsabilidade e de suporte técnico-administrativo foram definidos pela Lei Federal nº 284 de 28/10/1936.



Encerramento da Posse dos Novos Servidores em março de 2013. Foto: Alziro Xavier.

Um importante passo para a consolidação das normas do funcionalismo foi a criação do Conselho Federal do Serviço Público Civil, que preparou o anteprojeto do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Brasil, instituído pelo Decreto-Lei nº 1.713 de 28/10/1939. Foi um marco trabalhista, referenciando o dia 28 de outubro como a celebração nacional do Dia do Servidor Público. Na ocasião, a estrutura de servidores na Procuradoria-Geral do Distrito Federal era composta por dois oficiais administrativos, três escriturários, um datilógrafo, um contínuo e um servente (DL nº 267/1938). Por meio do Decreto-Lei nº 3.070 de 20/02/1941, o Presidente Getúlio Vargas disciplinou o serviço público em todo território nacional, mas foi com a Carta Magna de 1946 que o ingresso no funcionalismo público nas carreiras iniciais da Justiça e do Ministério Público, entre outras, por meio de concurso público tornou-se obrigatório. Passou a vigorar o concurso de provas e títulos, a estabilidade após dois anos para fins de aposentadoria, licença, disponibilidade e férias.

Em 1960, foi aprovado no então Estado da Guanabara o Plano de Classificação dos Servidores, criando os cargos de Auxiliar e Oficial Judiciário do Quadro da Secretaria do Ministério Público. Dois anos depois, foi instituída no Estado do Rio de Janeiro a Lei nº 5.111/1962, criando 24 cargos administrativos por meio da Lei Orgânica do Ministério Público e da Assistência Judiciária. Os concursos que ocorreram nos Estados do Rio de Janeiro (1964) e da Guanabara (1966) naquela década chegaram a contar com mais de 3.800 inscritos, sendo a procura maior na unidade guanabarina em virtude dos melhores salários. A oferta de vagas e a concorrência foram ampliadas cada vez mais, uma vez que a obrigatoriedade do concurso para ingresso na carreira pública se tornou irrestrita na Constituição Cidadã de 1988.

O primeiro concurso público para servidores do atual MPRJ ocorreu em 1990 com a criação de 174 vagas distribuídas entre Auxiliar de Portaria e Servente, Agente Auxiliar de Procuradoria e Técnico de Procuradoria. Concorreram 3.780 candidatos para cargos de nível médio e superior. Mais de 30 anos depois, a instituição conta com quase 4 mil funcionários divididos entre servidores do quadro efetivo, extraquadros cedidos e ocupantes de quadro de comissão.

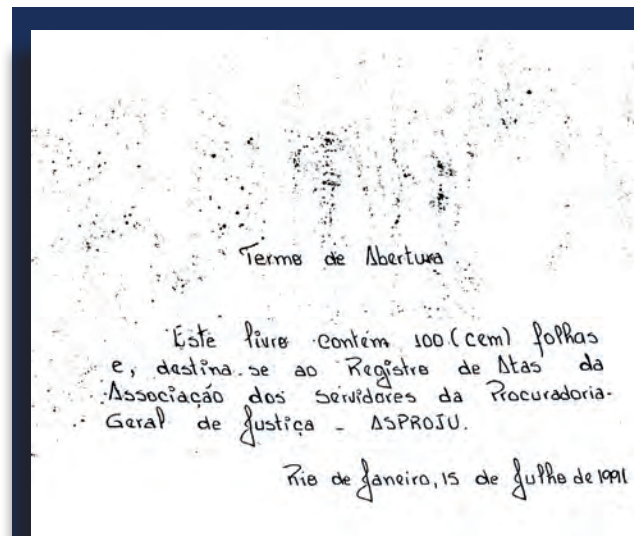
02

Primeiros passos da Entidade de Classe

A organização dos servidores em busca dos seus direitos

De acordo com o relato dos fundadores e associados mais antigos, a criação da então Associação dos Servidores da Procuradoria de Justiça do Rio de Janeiro (Asproju) já vinha sendo pensada desde a década de 1970. Mas, como havia um quadro funcional ainda muito limitado e resistência por parte de servidores antigos, somente após o concurso público de 1990, com o ingresso de mais pessoas, que o projeto pôde se tornar realidade.

Segundo a primeira presidente da entidade, a servidora Maria das Graças Oliveira Machado, que, na época, trabalhava para o Dr. César Romero, então assessor do PGJ, e transitava na Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (Amperj), dezessete servidores assinaram a ata de fundação e participaram de toda a gestão. Com base nesta sua experiência pessoal e na vontade de muitos colegas, nasceu, em 15 de julho de 1991, a Asproju com o objetivo de defender os direitos, garantias e interesses dos servidores do MPRJ. O estímulo ao espírito de união e cooperativismo da classe, a promoção de reuniões, a defesa judicial e extrajudicial dos associados, entre outras atribuições, estavam previstas no antigo Estatuto da entidade.



Ata de Fundação da Asproju, em 1991. Foto: Arquivo Assemperj.

[illegible]

Ricardo J. S.
Jorge Fernando Medeiros
Luis Antonio Amorim
Ciro Moraes
Roberto Fraga
Helia M. Moreira & L.
Vera Alice T. de Abreu
Gerson
Ana Christina Prado Costa
Naldio da Silva
Rita de Cassia Dutra Thomaz

Assinaturas do Atto de Fundação

Assinaturas da Ata de Fundação
Ano de 1991

[illegible]

Maryann Peters Harty
Sandra Hernandez da Conceicao
~~Felipe de Souza~~
Liana Lina Cruz
Ricardo Silva
Mario Fragoso
Dionna de Oliveira

Maria das Graças Oliveira Machado

(Servidora aposentada, fundadora e presidente da Asproju de 1991/1994)



“Não tinha dinheiro para nada. Começamos colocando grana do nosso próprio bolso, inclusive para registrar a entidade. Estes 17 integrantes se empenharam em todo o processo da legalização e começamos a fazer eventos para arrecadar fundos, prendas e reuniões toda segunda-feira à noite. Muito depois pensamos em cobrar mensalidade, mas foi um processo muito demorado porque a maioria dos funcionários era nova e ainda não tinha como saber a estrutura da Procuradoria. Se aproximaram principalmente quando conseguimos um ticket-refeição e um plano de cargos novo, porque o antigo feito na gestão do [Carlos Antônio] Navega, em 1988, já estava defasado por conta da inflação muito alta”.

A Lei nº 2121, de julho de 1993, reestruturou o quadro permanente dos servidores auxiliares do MPRJ e escalonou em carreiras funcionais constituídas os cargos de provimento efetivo. Ficaram estabelecidos quatro subgrupos, desde o nível elementar à atividade de nível superior. Pela primeira vez os servidores tiveram participação ativa na elaboração do projeto, com a participação efetiva em uma Comissão que ofereceu sugestões à criação de Quadro de Funcionários e dos Direitos e Vantagens. Além da contribuição da presidente da então Asproju, destaca-se a participação das servidoras Heloisa Helena Sá Vianna e Eliete Ferreira da Cunha em diálogo com o Dr. Carvalinho [José dos Santos Carvalho Filho]. Foi o segundo plano de cargos do MPRJ, desta vez com base na Constituição de 1988.

O governador à época era Leonel Brizola, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), e tinha certa sensibilidade às pautas dos servidores. O Estado do Rio de Janeiro adaptou à sua legislação o artigo 201, parágrafo 2º, da Constituição Federal, estabelecendo que o piso do salário do funcionalismo público seria um salário mínimo. Os cargos do MPRJ não eram ainda tão atraentes, tanto que muitos servidores ingressaram em outros órgãos, principalmente o TJRJ. Com o melhoramento das condições ao longo dos anos, graças à atuação da Assemperj, este cenário foi sendo revertido. Além da reestruturação e o escalonamento das carreiras, a Lei 2121 previa promoções, gratificações, jornada de trabalho e outros direitos e garantias da categoria.



Da esquerda para a direita: Carlos Antônio da Silva Navega, antigo PGJ, Maria das Graças e Felipe Teixeira Souza Júnior, ambos ex-presidentes da Assemperj, na festa de confraternização da entidade em 2012. Foto: Arquivo Assemperj.



Três servidoras e associadas antigas: Teresa Maza, Maria Teresa Reis Mendes (ex-presidente, in memoriam) e Laura Maria Taves. Foto: Arquivo família Maria Teresa Reis Mendes.

Neste período, a maioria dos servidores da Instituição era cedida de outros órgãos do Estado, e muitos que já estavam há anos na casa foram efetivados após a realização de uma prova, conforme previa a lei, com o pré-requisito de concurso público para ingressar. Aos poucos, as carreiras foram se consolidando e o quadro de servidores se desenvolvendo. A independência da Instituição e sua importante função na sociedade exigiu a construção de um quadro de servidores qualificados. Em paralelo, a Asproju vinha crescendo com a gradativa participação dos associados. A relação da diretoria com os membros e a Administração era muito próxima, pois o quadro ainda era muito pequeno e todos se conheciam. Fruto desta relação harmônica, o então PGJ, Dr. Antônio Carlos Biscaia, cedeu à Asproju sua primeira sede na Travessa do Ouvidor, 6º andar, no centro da cidade do Rio de Janeiro.

Durante os primeiros cinco anos, a entidade foi se estruturando, embora ainda não houvesse dedicação exclusiva a nenhum diretor e todos trabalhassem por fora do horário do expediente. As reuniões eram realizadas semanalmente nesta primeira sala e, no segundo mandato (1995/96), da Maria Teresa Reis Mendes (*in memoriam*), ocorreram as duas primeiras festas anuais de confraternização. Este evento se tornou tradicional e todas as diretorias realizaram encontros anuais da categoria nos anos seguintes. Somente com a pandemia do vírus Covid-19 o projeto ficou temporariamente interrompido de forma presencial em 2020.



Wanderley de Mattos Lopes

(Servidor do MPRJ desde 1970 e primeiro vice-presidente da Asproju)

“Mais ou menos por volta da década de 70 começou a se pensar a possibilidade de uma Associação. Quando assumimos custamos muito a fazer o registro, mas tivemos muito apoio do Dr. Antônio Carlos Biscaia, que, na época, cedeu um espaço na Travessa do Ouvidor. Houve um ato de fundação, mas logo depois tivemos problemas e fechamos por quatro anos. No início, toda sexta-feira tinha um *happy hour* na sede com participação também dos membros. Era um período em que as coisas eram mais fáceis, pois éramos poucos servidores, a Instituição ficava na Nilo Peçanha. Só passamos a ser conhecidos como MPRJ a partir de 1992; era Procuradoria do Estado do Rio de Janeiro.

Passamos a ter mais entrosamento não só com o PGJ, mas com todo o gabinete na época. Tivemos algumas festas famosas, como as no Jockey Clube e no Monte Líbano. Tivemos aumento do salário e alimentação nesse período, o de saúde veio depois. Conseguimos um aumento salarial histórico por volta de 1987, que brincávamos dizendo que fomos dormir pobres e acordamos ricos. Passamos a ganhar muito mais. Guardadas as proporções, as batalhas de hoje são as mesmas de sempre, a diferença é a modernidade. Hoje tem a facilidade de um computador, de um grupo maior, você pode chegar em Itaperuna com o pessoal já ciente do que está acontecendo na capital. Naquela época, só tinha Rio e Niterói, tudo por telefone. Então hoje tem a possibilidade de se comunicar a qualquer hora do dia de qualquer parte do Estado em tempo real, dá para saber o que a Assemperj está fazendo e o pensamento da Administração em relação às necessidades dos servidores.

03

Conquistas a partir das primeiras mobilizações

ASPROJU
Associação dos Servidores da Procuradoria-Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Vitória!!!

ALERJ derruba vetos
e aprova nosso Plano de Carreira



...a ALERJ aprovou o plano de carreira da ASPROJU, o que representa uma vitória para a categoria...

...a aprovação do plano de carreira da ASPROJU representa uma vitória para a categoria...

...a aprovação do plano de carreira da ASPROJU representa uma vitória para a categoria...

...a aprovação do plano de carreira da ASPROJU representa uma vitória para a categoria...

...a aprovação do plano de carreira da ASPROJU representa uma vitória para a categoria...

...a aprovação do plano de carreira da ASPROJU representa uma vitória para a categoria...

...a aprovação do plano de carreira da ASPROJU representa uma vitória para a categoria...

...a aprovação do plano de carreira da ASPROJU representa uma vitória para a categoria...

...a aprovação do plano de carreira da ASPROJU representa uma vitória para a categoria...



Organizado com carinho



Nova Diretoria da ASPROJU

Tomou posse no dia 23 de agosto de 2001 a nova diretoria da Associação dos Servidores da Procuradoria de Justiça (ASPROJU). A presidência da associação está agora sob o comando de Victor Hugo da Silva Carvalho, gerente de comunicação e arquivo. A vice-presidência é ocupada pela servidora Marta Veiga Monteiro e a secretária-geral da associação por Fanny Freitas Lopes de Castro. O quadro diretor da entidade é formado pelos servidores Luiz Fernando Moreira Idefonso Lima (diretor tesoureiro); Maria Amélia Araújo Oliveira (diretora cultural); Angélica da Costa Santiago de Miranda (diretora de relações externas); Glória Moreira Batista (diretora de relações internas); Maurício da Conceição (diretor de patrimônio); Antonio Paulo Bandeira da Silveira (diretor administrativo); Sheila Santos Pinheiro (diretora social) e Allan da Silva Machado (diretor assistencial).

A nova diretoria foi recebida no dia seis de novembro, pelos integrantes da administração superior do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.



A nova diretoria da ASPROJU em visita ao PGRJ

MP em ação
Dia Nacional do MP



D iálogo com a administração e o primeiro plano de carreira

Após as gestões deste grupo mais antigo, que estava há muitos anos no MPRJ, chegou a vez de servidores recém-egressos assumirem os rumos da Associação. A chapa Renovação, presidida pelo servidor Uilson da Fonseca e com a servidora Adelaide Buratto de vice, foi eleita. A Associação chegou a parar suas atividades por um curto tempo, e esta nova diretoria retomou seu funcionamento. Com a ampliação do quadro funcional da Instituição, cada vez mais servidores foram se aproximando e foi instituída a taxa-associativa, mensalidade que até hoje é cobrada para a manutenção das questões administrativas e contábeis da entidade. Nessa época também começa a contratação de convênios para oferecer mais benefícios aos associados e as reivindicações salariais e de direitos são fortalecidas.



Vice presidente, Adelaide Buratto, e Uilson da Fonseca, presidente da Asproju (1997/2000). Foto: Arquivo jornal MP em Ação.



Uilson da Fonseca

(Servidor aposentado, ex-presidente da Asproju de 1997/2000)

“Tivemos uma gestão de base, construção e reconhecimento com uma representação formal de trabalhadores. Fizemos ver que também podíamos nos organizar enquanto entidade de classe. Já tinha a razão social, estatuto. Começamos a movimentar não só a parte reivindicatória e salarial, mas também o lado social dos benefícios. Nosso primeiro plano de saúde foi celebrado entre a Asproju e a Unimed com preços bem abaixo da média e descontos consideráveis. Tivemos uma adesão de mais de 400 vidas (incluindo dependentes), e foi a primeira vez que os associados tiveram um serviço de qualidade. As conquistas só foram obtidas diante do diálogo, a Associação nunca se impôs como uma representante classista que vai a qualquer custo tentar qualquer coisa. Sabemos que o diálogo sempre foi o melhor caminho. Felizmente os meus sucessores continuaram nesta linha e conseguiram sucesso em suas empreitadas”.

Com o fornecimento de benefícios, mais servidores se associaram à entidade. Após o convênio com a Unimed, foi anunciada uma parceria com a operadora Vivo, que dava descontos na aquisição de aparelhos celulares modernos à época. Era o início do mercado da telefonia móvel, e até os promotores e procuradores se interessaram pela oferta e solicitaram sua adesão: mais de 500 linhas foram comercializadas no total. Além do crescimento dos benefícios, as reivindicações da classe também ganharam força e foram negociadas com a Administração. Neste período ocorreram significativos aumentos salariais, como no ano de 1998 que chegou a 30% devido, segundo lideranças mais antigas, à ótima relação com o Dr. Hamilton Carvalhido, então PGJ (falecido em janeiro de 2020). Outra conquista significativa foi a implementação do Vale Mercado, no ano de 1999, quando o chefe institucional era o Dr. José Muiños Pinheiro Filho, hoje desembargador.

No decorrer desta gestão, os reajustes salariais acumulados chegaram a cerca de 60%. A interlocução com a Administração foi formalizada do ponto vista institucional, com procedimentos impessoais e ritos administrativos a se cumprir nas negociações. Muitos ofícios foram requeridos e, conseqüentemente, a equipe de funcionários da Assemperj começou a ser estruturada devido ao aumento das demandas burocráticas. Entre os procedimentos não contemplados, houve o pedido de auxílio creche para filhos até 7 anos que depois foi conquistado por meio do auxílio educação. Em paralelo, muitas Assembleias Gerais foram realizadas e os associados passaram a se engajar mais nas lutas pelos pleitos da categoria. Houve também uma primeira iniciativa de comunicação com a elaboração de um informativo que, de acordo com as condições técnicas e operacionais da época, deu início à comunicação institucional da Assemperj.

Plano de Cargos & Salários

O primeiro estudo visando a criação do Plano de Cargos e Salários (PCS) apresentado ao PGJ em busca de um escalonamento foi realizado ainda na gestão de Uilson da Fonseca. Foram compilados exemplos de outros órgãos, como o TCE, MPU e UFRJ. A Associação já tinha certo respeito e credibilidade e em diálogo com o então PGJ, Dr. José Muiños, foi constituída uma comissão com a participação de dois representantes dos servidores para a elaboração do Projeto de Lei. A relação institucional era boa, tanto é que foi cedida uma sede provisória à Asproju. Esta fase marca uma transição política na entidade, pois além do diálogo consolidado com a Administração a diretoria passa a se articular também na Alerj e fazer mobilizações de rua com outros movimentos e entidades de classe do Estado do Rio de Janeiro. Neste período nasce o Movimento Unificado dos Servidores Públicos (Muspe).



Inauguração da Sala da Asproju, no 3º andar da Sede do MPRJ, com o presidente Uilson da Fonseca e o Dr. José Muiños Pinheiro Filho, ex-PGJ e atualmente Desembargador. Foto: Jornal MP em Ação.



Jornal da Asproju de 2003 sobre a conquista do PCS. Foto: Arquivo Assemperj.

O Movimento Unificado dos Servidores Públicos Estaduais (Muspe)

MUSPE

A história do Movimento Unificado dos Servidores Públicos Estaduais (Muspe) começou quando o Governo Benedita da Silva (PT) vetou o pagamento do 13º salário dos servidores públicos estaduais no final do ano de 2002. Foi o início de uma grande mobilização de todas as categorias, tendo à frente a Assemperj e entidades parceiras, como o Sindjustica-RJ, SEPE, Associações da Saúde e uma Coligação dos Policiais Civis. O movimento passou a se reunir de forma organizada em uma frente ampla unificada e a discutir políticas comuns e lutar por pautas coletivas de interesse dos servidores públicos do Estado.

No início de 2004 houve uma grande mobilização, no começo do Governo Rosinha Garotinho (PSB), que resultou na conquista do parcelamento do 13º salário. Desde então, ocorreram reuniões até a primeira grande vitória do movimento com a negociação da data-base para todos, mesmo tendo sido percentuais diferentes por segmentos. Muitas lutas e conquistas aconteceram até meados de 2008, quando várias categorias preferiram reivindicações isoladas e o movimento ficou adormecido até 2012. O retorno ocorreu na defesa do Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro (Iaserj) contra a demolição do Hospital. O coletivo ocupou o local por quase três meses, até que o Governo Sergio Cabral (MDB) retirou os servidores de forma truculenta e o prédio foi demolido.

Após esse episódio de fortalecimento do movimento, segundo algumas lideranças, houve uma desvirtuação do coletivo com alguns setores se envolvendo na política eleitoral e partidária. Ainda ocorreram muitas mobilizações nas ruas e na Alerj neste período em reação à corrupção generalizada e ao então chamado "pacote das maldades" contra os servidores públicos, que, entre outras iniciativas, implementou o Regime de Recuperação Fiscal (RRF). Mas, com o tempo, a unificação foi ficando fragilizada e, devido à ofensiva contra os servidores, taxados de responsáveis pela crise econômica e tendo que pagar a conta das irresponsabilidades da administração pública, foi criado o Fosperj por diversos setores que faziam parte do movimento.

Com o congelamento do 13º salário dos servidores no final de 2002 pela governadora Benedita da Silva (PT), as entidades de classe foram às ruas e intensificaram suas mobilizações. O movimento ganhou força no ano seguinte, já no governo da Rosinha Garotinho (PSB), e a Assemperj participou intensamente destes processos. Mas o maior esforço do novo presidente da Assemperj, Victor Hugo da Silva Carvalho, foi a aprovação do PCS da categoria. A própria diretoria reconhece que não conseguiu avançar à época na questão dos benefícios dos associados, pois durante estes dois anos a principal luta foi a conquista política do Plano. Os convênios com aparelhos celulares e linhas telefônicas e planos de saúde continuaram, mas com menos ênfase que as questões políticas.



Votação do PCS na Alerj: à esquerda, a servidora Maria Célia Rangel (in memoriam), o Dr. José Muiños (ex-PGJ), Victor Hugo (ex-presidente Asproju), servidor Annibal Frederico (in memoriam) e Heloísa Helena (servidora aposentada). Foto: Arquivo Assemperj.



Victor Hugo da Silva

(Recém aposentado do MPRJ e ex-presidente da Asproju de 2001/2004)

A criação da Associação e o amadurecimento da representação resultaram no que é hoje. O servidor do MPRJ é uma categoria bem razoável dentro do que há por aí, tivemos conquistas significativas. Quando fiz o concurso eram 40 vagas, metade para cada cargo, com 1200 candidatos. Hoje as mesmas 40 vagas são disputadas por 120 mil pessoas. A procura pelo serviço público aumentou muito, mas o trabalho da Associação tornou o MPRJ muito mais atraente para o servidor. Gerou também um aprimoramento do quadro, que hoje é muito mais técnico, a preparação é muito maior e a Instituição passou a oferecer maneiras de capacitação. Sem a Assemperj, nada disso seria viável. Não é a justaposição ou aglomeração de pessoas que faz a unidade, mas sim a união e a comunhão para te dar força para negociar. Todos tinham que ser associados ou sindicalizados, a participação é fundamental.

Mesmo ainda sem dedicação exclusiva para a gestão da Assemperj, a diretoria mergulhou nos estudos do PCS. De acordo com os relatos dos mais antigos, participaram intensamente da elaboração os seguintes servidores: Fanny Freitas, que veio a ser presidente depois, Ilberto Raposo, Marcelo Azevedo, Marcos da Hora, Marta Veiga e Oscar Pinto (*in memoriam*). O Dr. José Muiños foi muito sensível ao pleito dos servidores e se colocou à inteira disposição por meio do procurador Dr. José dos Santos Carvalho Filho, conhecido por Carvalhinho. De acordo com a chefia institucional da época, ele foi selecionado como interlocutor pela sua boa relação com os servidores e especialidade em legislação sobre o serviço público e direito administrativo em busca de uma primeira lei orgânica para a categoria com excelência. Após a elaboração do projeto, houve uma intensa articulação da diretoria da entidade nos gabinetes dos deputados na Alerj. Registra-se também a inestimável contribuição neste sentido, segundo muitos depoimentos, da Administração por meio do Dr. Álvaro Capistrano que prestava assessoria na Assembleia.



Visita da nova diretoria da Asproju ao PGJ em 2001. Foto: Arquivo jornal da Asproju.

MEDALHA ANNIBAL FREDERICO DE SOUZA

Nesta época, havia menos de um servidor por membro no MPRJ em atividade. A reestruturação da Instituição, através da parceria da Administração com a Asproju, iniciou com a criação, por lei, no ano 2000, dos 15 cargos de peritos (GATE) e de 480 secretários (atuais técnicos processuais) na forma da Lei nº 3678/2001. A atualização do Plano de Cargos e Salários seguiu as legislações editadas anteriormente: 1960 (Estado da Guanabara), 1962 (no antigo Estado do Rio de Janeiro) e já no novo Estado, seguindo-se a Lei nº. 2121/1993. É neste contexto que foi aprovada pela Alerj e depois sancionada a Lei nº 3899/2002, que permitiu a readequação salarial, um estímulo à progressão na carreira e à ampliação do quadro de servidores, entre outras garantias. Houve a criação de 25 cargos de Técnicos de Notificação e Atos Intimatórios (atuais Oficiais de Justiça) e mais 183 cargos de servidores, bem como 77 cargos comissionados.





*Servidores comemorando a vitória do PCS nas escadarias da Alerj.
Foto: Arquivo Assemperj.*

Outra vitória muito importante para a categoria nesta gestão foi a implementação do Abono de Natal, no valor de do auxílio alimentação, graças às reivindicações da Assemperj. Havia muita pressão dos servidores à época, pois o TJRJ concedeu um aumento salarial aos funcionários e o MPRJ sempre recebia o mesmo. Era a chamada isonomia de tratamento, que em 2004 não aconteceu. Segundo o presidente da época, o então PGJ, Dr. Marfan Vieira, foi alertado sobre a insatisfação da categoria e a possibilidade de alguma mobilização. Após algumas tratativas, o benefício foi concedido no final do ano e vem sendo pago até os dias de hoje. Neste mesmo período também houve a promoção de todas as carreiras, com previsão de 5%, e a instituição de uma demanda antiga: o auxílio saúde, também ainda ativo, anunciado na festa de final do ano de 2003 pelo Dr. Hugo Jerke, então Primeiro Subprocurador-Geral de Justiça.

A vitória só foi possível graças à pressão dos servidores e da diretoria da Asproju junto à Administração. O projeto havia sido enviado na véspera do período eleitoral e, após a mobilização da categoria na sede da Marechal Câmara e reuniões com o PGJ, chegou em tempo de entrar com urgência em pauta no plenário. Com a lei aprovada, o quadro de servidores do MPRJ foi quase triplicado e sua classe regulamentada, além de garantir que qualquer revisão dos vencimentos concedida aos servidores públicos civis do Estado seria aplicada aos trabalhadores do MPRJ.



Da esquerda para a direita, diretoria da Asproju: Maria Amélia, Nanci da Costa, Fanny Freitas, Victor Hugo, Glória Moreira, Angélica da Costa e Marta Veiga. Foto: Arquivo Assemperj



Mobilização dos servidores na Alerj durante a votação do PCS em 2002. Fotos: Arquivo Assemperj.

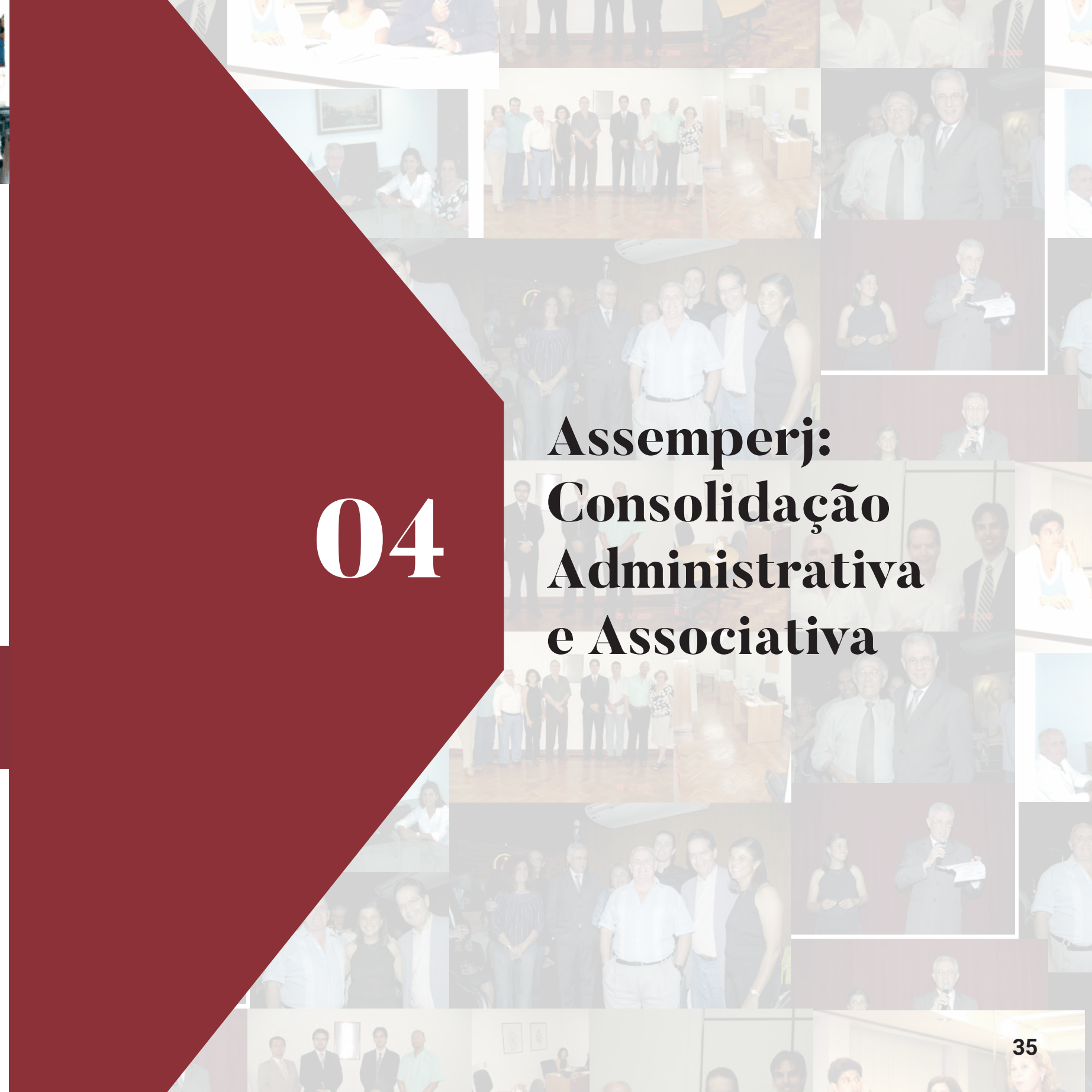
A ATUAÇÃO DA ASSEMPERJ NO AUXÍLIO-SAÚDE

Após a instituição do auxílio-saúde em 2004, a Assemperj passou a fazer a gerência junto ao MPRJ dos contratos coletivos por adesão dos planos de saúde oferecidos pela Amil. Até a implementação dessa conquista, só trabalhávamos com a Unimed e sem ingerência da manutenção do contrato junto ao associado. A partir de 2006, a entidade estabelece a primeira parceria com a Amil, por meio da corretora G3 Consultoria, e passa a utilizar o modelo de gestão que vem até hoje. A Associação repassa ao MPRJ as informações dos contratos para fins de comprovação do auxílio. Em 2018 a Assemperj conseguiu fechar um convênio com o MPRJ para possibilitar aos servidores associados a realização do pagamento via desconto diretamente no contracheque e sem prejudicar a margem consignável para os servidores efetivos. Antes o pagamento era realizado por débito automático ou depósito. Em 2019 o MPRJ implementou o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), então nossa entidade passou a realizar apenas a comprovação anual de utilização dos contratos e qualquer outra movimentação no plano fica a cargo do servidor no sistema da Instituição.



O servidor Oscar Pinto Pereira (in memoriam), Victor Hugo da Silva (ex-presidente da Asproju), Dr. Hugo Jerke (Subprocurador-Geral de Justiça - 1995/2003). Foto: Arquivo Assemperj.

A Resolução nº 1.171 de 30 de setembro de 2003 foi outra conquista pleiteada por muitos anos pelos associados, com a instituição do auxílio creche e de reembolso do transporte escolar. Foi o primeiro modelo do que hoje conhecemos como auxílio-educação. A comunicação institucional também continuou avançando neste período, e foram elaborados seis jornais bimensais para distribuição de informações à categoria durante esta gestão. Embora muitas conquistas tenham sido alcançadas, algumas pautas permaneceram em aberto nesse período por falta de receptividade da Administração: a criação de um sindicato e o voto na eleição do PGJ, que foi protocolado com base no modelo de voto proporcional para reitor nas universidades, de acordo com a diretoria à época.



04

**Assemperj:
Consolidação
Administrativa
e Associativa**

A estruturação da entidade e a formalização dos procedimentos

A chegada da nova diretoria e presidência do Paulo Gustavo Hundertmark Barroso foi um choque cultural na entidade. Mesmo com a participação de alguns diretores mais antigos, como o servidor Rubens da Cruz, que passou por várias gestões, houve uma renovação geracional com outra perspectiva administrativa. Ainda com menos de 30 anos e recém egresso no MPRJ, ao assumir a entidade, o novo presidente implementou diversas iniciativas de modernização e profissionalização da Associação. A prestação de contas anual se tornou uma exigência e o presidente ficou impedido de se reeleger mais de uma vez, por exemplo. Em apenas dois anos, a chapa *Atitude* conseguiu dar passos longos na estrutura administrativa e contábil da entidade.

Em 2005, a nomenclatura da entidade, então Asproju, foi alterada para Associação dos Servidores do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (Assemperj), atualizando o estatuto. Neste período, já havia uma funcionária, a Vivianne Monserrat, logo depois substituída por dois novos profissionais, um deles o Fábio Maia, que está até hoje na entidade, para dar vazão ao crescimento das demandas administrativas. Houve também a contratação de um advogado, o Dr. Carlos Bessa, que presta assessoria até hoje, a fim de acompanhar as questões jurídicas de forma setorizada. Uma contabilidade externa também foi implementada, a fim de profissionalizar ainda mais o controle financeiro da Associação.



Diretoria da Asproju na fundação da nova sede, na Travessa do Ouvidor, 38, no Centro do Rio. Foto: Arquivo Assemperj.



Da esquerda para a direita: representantes dos planos Amil, Benedito Taro Fuse e Fabiano Holanda, Paulo Gustavo Hundertmark (ex-presidente da Assemperj) e Alexander Melo de Oliveira (ex-diretor de Relações Externas). Foto: Arquivo Assemperj.

Dr. Carlos Bessa

(Advogado especialista em Direito Administrativo, Direito Civil, Processo Civil, Trabalho e Processo do Trabalho. Presta assessoria jurídica à Assemperj desde 2005)



"Iniciei com as minhas orientações jurídicas à Assemperj quando o seu Presidente era o Paulo Gustavo. Presto atendimento até hoje, em parceria com a Direção Geral, sempre visando atender aos interesses dos servidores associados. Percebo, neste meu caminhar, em todos os eleitos a comandar esta associação, a gana em lutar pelo melhor para os servidores do MPRJ, razão pela qual sempre levantei a bandeira de que todos os servidores do quadro, ativos e inativos, deveriam se associar e, assim, fortalecer cada vez mais esta categoria. A exemplo disso, cito as ações coletivas, que buscam o reconhecimento de um direito tolhido pela Administração Pública (a da Gratificação de Deslocamento, que afastou a incidência de IR, é uma delas); cito, também, a busca da reparação pelo dano causado pelo famigerado Desvio de Função; e, de igual modo, a importância de o servidor se valer da defesa técnica-jurídica em procedimentos de competência disciplinar, cuja minha experiência, neste particular, mostra que é possível afastar ou minimizar a punição pretendida. Parabenizo a Assemperj pelos seus 30 anos de luta e dedicação aos seus associados. Que venham mais anos de luta e êxito pela frente".

Neste período, os convênios com benefícios aos associados estavam sendo revisados e ampliados. Foi quando houve a primeira parceria com o Sesi/Firjan e seguros de vida com a Porto Seguro e automóvel com a Bradesco. Os planos de telefonia da Vivo foram substituídos pelos da Claro e diversos outros benefícios menores foram implementados. A parceria com os planos de saúde Amil, que perdura até hoje, também foi iniciada neste período. A necessidade de estabelecer uma comunicação com os associados era cada vez maior, daí a publicação de alguns periódicos para apresentar os serviços oferecidos e principalmente as batalhas políticas dos servidores à época. No jornal havia também espaço para textos dos associados, venda e troca de produtos, atividades sociais e informes sobre remoções e permutas, entre outros assuntos.

Em paralelo a estas transformações estruturais, foi iniciado um processo de aproximação com os servidores do interior. O novo estatuto previa a eleição de um conselho independente, com representantes dos CRAAls. Foram realizadas muitas visitas e havia uma interlocução permanente, inclusive com intensa participação de alguns associados. Nesta gestão, pela primeira vez um presidente da entidade teve seu afastamento do trabalho garantido pelo MPRJ, de modo a dedicar-se exclusivamente às demandas da categoria. Trata-se de um marco histórico da entidade, que, somente quinze anos depois, conseguiu a liberação de mais um representante para a manutenção das demandas políticas e administrativas, de modo condizente com o crescimento da entidade.

Com essa expansão e um bom diálogo com o PGJ, então o Dr. Marfan Martins Vieira, a entidade foi transferida para o terceiro andar da Travessa do Ouvidor, nº 18. O espaço tinha cerca de 120m² com uma ampla sala de reunião e estrutura para dar suporte aos futuros funcionários da entidade e um bom atendimento aos associados. Muitas reuniões passaram a ser nesta sede, como as Assembleias Gerais, e o local serviu para outras atividades culturais, como o Café dos Aposentados. O espaço foi utilizado até o ano de 2018, quando o prédio foi cedido à Polícia Civil e a Associação transferida para um espaço também amplo na Av. Presidente Antônio Carlos, n.º 607, 12º andar, também no centro do MPRJ.



Imagens da nova sede de atendimento da Assemperj na Travessa do Ouvidor, 38, no Centro do Rio de Janeiro. À direita, a ex-presidente Fanny Freitas. Fotos: Arquivo Assemperj.



Jornais da Asproju no ano de 2006.

Fotos: Arquivo Assemperj.



Paulo Gustavo Hundertmark (Servidor do Tribunal Regional Federal-TRF em Porto Alegre/RS, presidente da Assemperj de 2005/2006)

"O principal foi conseguir a data-base em lei, juntamente com um importante reajuste salarial com repercussão nos benefícios pecuniários. Introduzimos ainda a Associação no contexto do Brasil, nos filiamos à Ansemp e começamos a participar dos encontros e ter assento, o que foi muito importante. Apesar do ruído e tensão iniciais, percebemos que o nosso trabalho com a ajuda da comunicação trouxe transparência e respeito em favor da categoria junto à Administração. (...) É fundamental formar uma entidade independente, estruturada, com uma comunicação bem feita, para impulsionar seus pleitos."

A principal vitória neste período foi a aprovação da Lei nº 4.853 com a instituição da data-base salarial da categoria, de modo a conter a corrosão inflacionária e garantir ganhos reais compatíveis e justos visando a valorização dos servidores. Foi garantido o reconhecimento do direito de ver reajustado anualmente o seu vencimento/provento, conforme previsto no art. 37, inciso X da Constituição Federal de 1988, tendo como base o dia 1º de maio. No entanto, nos anos seguintes até 2010, as leis estaduais fixaram

o reajuste com vigência a partir de setembro de cada ano, desrespeitando a data-base assegurada na norma. A Assemperj entrou com uma medida judicial contra o Estado requerendo o direito ao pagamento das diferenças desde a data-base em 1º de maio e, após tramitar em diversas instâncias, o processo aguarda julgamento no STF, que apreciará o Recurso Especial do ERJ. Neste mesmo ano de 2006 foi conquistado também um reajuste salarial de 4,5% aos servidores, além de 20% nos benefícios.



O início da articulação política a nível nacional (Ansemp)

A Associação Nacional dos Servidores do Ministério Público – ANSEMP foi criada em 2005, durante o 1º Encontro Nacional dos Servidores do Ministério Público, em Salvador (BA). É uma entidade que congrega servidores e associações de servidores do Ministério Público de quase todos os estados do Brasil. Desde sua fundação tem lutado em defesa de condições de trabalho e de direitos funcionais dos servidores, e contribuído para o fortalecimento da Instituição Ministério Público para que a mesma cumpra de forma independente sua missão constitucional.

Nos últimos anos, tem trabalhado intensamente no Congresso Nacional, em Brasília (DF), em defesa dos interesses dos servidores e de um serviço público de qualidade para toda a sociedade brasileira. A partir do seu departamento jurídico, tem representado ações em prol da categoria no CNMP e desenvolvido diversas campanhas por meio dos seus canais de comunicação em favor dos servidores públicos do MP em todo o país.

No ano de 2018 a Assemperj sediou no Rio de Janeiro o V Encontro Nacional do Fórum dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Ministério Público Brasileiro. Na ocasião, o presidente da Assemperj, Flávio Sueth, foi eleito vice-presidente da Ansemp e, posteriormente, se tornou presidente interino em 2019, durante o período eleitoral. Ele vem acompanhando de perto todas as discussões e ações da entidade nos últimos anos.

A diretoria também participou da construção da Associação Nacional dos Servidores do Ministério Público (Ansemp), estando presente em 2006 com três delegados no 1º Encontro Nacional realizado em Porto Alegre (RS). Na ocasião, a entidade já estava regularizada e o evento contou com a participação ampla de doze estados de todas as regiões do país. Foi elaborada a Carta de Porto Alegre com as pautas da categoria e enviada ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e diversas chefias institucionais, inclusive a do Rio de Janeiro. Desde então, a Assemperj mantém contato permanente com a Ansemp e diálogo com as entidades participantes, a fim de se manter atualizada sobre as demandas dos servidores do MP em todo o Brasil e reivindicar coletivamente suas necessidades a nível nacional.

Além da tradicional festa de fim de ano, que nesta gestão foi no Clube de Engenharia, no Centro do Rio, ocorreram também outras atividades socioculturais. Pela primeira vez houve, por exemplo, um Arraiá de Festa Junina e o evento contou com a participação de mais de 200 pessoas no Sítio Paraíso, na Rodovia Presidente Dutra. Também foram realizados jogos de futebol, passeios e trilhas na Floresta da Tijuca, chás dos aposentados, além de cursos e encontros entre os associados.

Sucessão da Chapa Atitude

Embora em um primeiro momento muitos servidores e a Administração tenham estranhado a nova diretoria da recém intitulada Assemperj, devido às diversas modificações implementadas, com o tempo e as conquistas, foi sendo reconhecido o seu trabalho. O então presidente Paulo Gustavo, após dois anos de intensa dedicação à entidade, passou para um concurso federal no Rio Grande do Norte e se desligou do MPRJ. A sucessão natural foi sua diretoria assumir e a servidora Fanny Freitas Lopes, que era concursada desde o início da década de 1990 e já havia sido também diretora da gestão anterior, assumiu a presidência. Sua gestão deu continuidade ao trabalho de modernização e profissionalização que vinha sendo construído.

Da esquerda para a direita: Rubens da Cruz (ex-diretor), Dr. Marfan Martins Vieira (ex-PGJ), Fanny Freitas (ex-presidente da Assemperj) e Mildred Hetttnhausen (servidora aposentada). Foto: Arquivo Assemperj.

Com o crescimento do número de associados e a receita gerada pelos planos de saúde e a parceria com a financeira Alfa, além da maior capilaridade nos CRAAls, foi possível continuar ampliando os convênios com universidades e demais serviços. A aliança com a Associação dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (Astcerj) contribuiu neste sentido. O quadro de funcionários dobrou com a contratação de Augusto Oliveira, até hoje na entidade, e Leila Maria Moraes, que se afastou em 2016 por motivos de saúde e posteriormente veio a falecer. No âmbito político, a articulação estadual também foi intensificada por meio do MUSPE e a interlocução com os parlamentares na Alerj foi potencializada com a colaboração do então recém empossado servidor e atual presidente da entidade, Flávio Sueth, e do assessor parlamentar do PGJ naquele período.



Diretoria da Assemperj com dois ex-PGJs, Drs. Marfan Martins Vieira e Antônio Carlos Biscaia, na festa de confraternização de 2008 no Lapa 40 Graus. Fotos: Arquivo Assemperj.



Durante o governo Sérgio Cabral (PMDB), o Rio de Janeiro tinha uma boa situação financeira do Estado, embora anos depois, ele e o seu sucessor, Luiz Fernando Pezão (PMDB), vieram a ser presos devido a escândalos de corrupção por causa de desvios dos cofres públicos. Os servidores mantinham-se mobilizados no MUSPE e realizavam reuniões e atividades políticas, mas os principais avanços ocorreram internamente nas suas instituições com reajustes salariais e outras reivindicações próprias das categorias. O diálogo com a Administração continuava fluindo e ocorrendo reuniões periódicas com sua assessoria jurídica, então foi possível avançar, por exemplo, com o auxílio-creche. O benefício foi transformado em auxílio-educação (Resolução GPGJ nº 1.484) atendendo os dependentes dos servidores até os 24 anos, modelo que está vigente até hoje.

Fanny Freitas Lopes de Castro (Recém aposentada do MPRJ e presidente da Assemperj de 2007/2008)

"Nossas principais vitórias foram a extensão do auxílio-creche, então disponível até os 6 anos aos dependentes dos associados, para 24 anos no nível universitário. O abono natalino também foi dobrado na época. Tivemos ainda avanços em relação à evolução funcional no nosso plano de carreira, que ainda era muito limitado. A comunicação foi outra marca da nossa gestão. Começamos a fazer um jornal, que era muito caro e difícil de produzir. Tivemos dificuldades e contratamos um assessor do Sindicato dos Professores, que trabalhava com o doutor Antônio Carlos Biscaia, e nos ajudou muito. Enviávamos o material aos CRAAIS, Sede, Alerj e entidades parceiras."



A comunicação institucional da Assemperj continuou crescendo de acordo com as necessidades exigidas com o aumento de associados. O jornal impresso distribuído para a categoria seguiu sendo produzido, inclusive profissionalmente com a contratação de um assessor, Joaquim Ferreira, que trabalhava com o ex-PGJ, Dr. Antônio Carlos Biscaia. O informe era impresso na própria Associação e enviado a todos os CRAAls, sede do MPRJ, Alerj e entidades parceiras. Foi implementado um blog com notícias e um sistema de intranet, onde os associados tinham acesso aos seus gastos com planos de saúde e documentos, como as atas das assembleias e prestações de contas. A tecnologia utilizada no processo de modernização do MPRJ foi aproveitada de forma a dar mais transparência à administração. Aconteceram também debates setorializados com os servidores, como no caso dos assistentes sociais e do então novo cargo de Técnicos de Notificação em Atos Intimatórios (TNAIs), que resultaram em protocolos requeridos à Administração Superior.

A articulação política junto à Ansemp continuou se consolidando, e a Assemperj sediou um encontro nacional nesse período na sua própria sede institucional. O evento contou com a ampla participação de entidades de vários estados do país. Ainda na mesma gestão, a diretoria também participou de outro encontro nacional em São Paulo mantendo essa proximidade às pautas nacionais como ocorre até hoje. Na ocasião, entre os temas em destaque, foi debatida a PEC do Voto (147/2015) que até hoje não foi aprovada para os servidores passarem a escolher os PGJs nos Ministérios Públicos nos Estados.

Muitas vitórias foram alcançadas com as duas gestões desta chapa, mas outras pautas ficaram pendentes. O auxílio-educação para o próprio associado se capacitar em cursos e estudos, como programas de pós-graduação e mestrado, que até hoje não foi autorizado. Foi realizada uma pesquisa na época em outras categorias, mas não houve uma resposta positiva da Administração. O auxílio-alimentação aos aposentados foi outra reivindicação não correspondida pela chefia institucional, apesar de um parecer apresentado por um procurador aposentado, inclusive dando o exemplo da Caixa Econômica Federal que possui este benefício. Por fim, com o crescimento da entidade e o dinheiro em caixa, foi cogitada a compra de uma sede própria para a Assemperj, que até hoje também não ocorreu.

CAMPANHA SALARIAL 2008: CONTINUAMOS NA LUTA!

Em mais uma rodada de negociações, a Diretoria da ASSEMPERJ, em reunião com o Exmo. Procurador-Geral, Marfan Martins Vieira, encaminhou a necessidade da aplicação de reajuste salarial para os Servidores do Quadro. Como demonstrado em encontros anteriores, o PGJ ratificou sua sensibilidade à necessidade do reajuste salarial, além da atualização dos valores e critérios dos benefícios (vale alimentação, auxílio creche e plano de saúde) já devidamente encaminhados aos departamentos competentes para estudo de impacto orçamentário. Por isso tudo, apresentamos o Projeto de adequação do Plano de Cargos e Salários ao Procurador-Geral visando adequação, melhorias e modernização ao Plano, baseado nos seguintes tópicos:

A Assessoria Jurídica do Gabinete do PGI apreciou a proposta e suas justificativas e opinou, seguindo a lógica do Poder Executivo, não poder ser implementado o projeto no atual momento, em razão do que estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal e outras questões legais. A Diretoria da ASSEMPERJ continuará em contato permanente com o Chefe de Gabinete do PGI, o Dr. Ronaldo Medeiros, para que tenhamos um posicionamento mais consistente e conclusivo quanto a postura do Poder Executivo e, por sua vez, da Administração Superior do Ministério Público. Após várias rodadas de negociações entendemos que o descompasso no tratamento de nossas reivindicações e o tratamento diferenciado para outras categorias por parte do Governador, é uma questão que supera o parecer técnico. É uma questão política e requer um



Informativo da Assemperj do ano de 2008 sobre a campanha de reajuste salarial. Foto: Assemperj.



Abertura do Encontro Nacional da Ansemp pelo Secretário Geral, Dr. Ronaldo de Medeiros Albuquerque, sediado pela Assemperj no Rio em 2007. Foto: Assemperj.

05

Avanços reivindicatórios no MPRJ e nas ruas

Mobilização dos servidores e as conquistas

Assim como na maioria das eleições da Assemperj, a sucessão para a presidência em 2007 ocorreu naturalmente com o diretor jurídico das duas últimas chapas assumindo a função. O servidor aposentado Felipe Teixeira de Souza Júnior teve uma ótima relação com a Administração e pegou um período em que o Estado do Rio de Janeiro estava bem financeiramente, apesar da crise imobiliária nos Estados Unidos que afetou a economia mundial em 2008. Foi uma das gestões que mais obteve vitórias para a categoria, cujos avanços se refletem até hoje nos salários, benefícios e condições de trabalho dos servidores do MPRJ. A diretoria foi composta por servidores de todas as áreas, de forma a facilitar a recepção das demandas dos mais diversos setores.

A principal conquista foi a Plano de Cargos e Salários (PCS), cuja Lei nº 5.891 foi sancionada em janeiro de 2011 pelo governador Sérgio Cabral (PMDB). O plano foi elaborado ao longo do ano anterior por meio de uma Comissão, que contou também com a participação de servidores ativos e inativos, além de assembleias para exposição e deliberação sobre os estudos e anteprojeto junto aos associados. A atualização ocorreu oito anos após o último PCS, a fim de minimizar a defasagem e perdas ocorridas neste período. Houve um aumento real remuneratório aos ativos e aposentados chegando a cerca de 20% nos casos com maior tempo de serviço. Aprovado com vinte emendas parlamentares, o texto prevê a redução de 17 para 16 anos no tempo de carreira, e estabeleceu um escalonamento positivo nos cinco primeiros anos com a progressão dos servidores e, no caso das promoções, chegou a dobrar o percentual para 10%. A carreira do servidor do MPRJ se tornou mais atrativa que muitas outras no Estado do Rio de Janeiro.

Felipe Teixeira Souza Júnior - (servidor aposentado e presidente da Assemperj de 2008/2012)

"Nosso PCS não era péssimo em relação a outros no Estado, tinha uma evolução na carreira boa mas precisava de aprimoramento. Precisávamos de outras garantias, como o adicional de qualificação, coisas inclusive que encontramos entraves internos mas estão na lei. Tinha a necessidade de que a carreira andasse um pouco mais rápido, que agora ficou com 16 anos. A progressão e a promoção são rápidas e em percentual razoável, e por sorte aconteceu naquela época o reajuste que acabou sendo congelado um pouco depois até hoje. A diretoria atual está lutando por ele e será uma complicação lutar lá na frente pela inflação não repostada nesses anos, então foi muito positivo pois se estivéssemos ainda com o plano de 2003 estaria praticamente insuportável em termos remuneratórios."



Ex-PGJ, Dr. Cláudio Lopes, com Felipe Teixeira de Souza Júnior, ex-presidente da Assemperj, na festa de confraternização em 2010, no Real Astória. Foto: Assemperj.



Outras previsões também foram garantidas com a lei do novo Plano de Carreira, como a paridade absoluta entre ativos e inativos, a manutenção de vantagens pessoais, inclusive triênios, e a previsão legal do adicional de qualificação, que até hoje não foi regulamentado pela Administração Superior, assim como o reenquadramento. O afastamento do presidente da entidade de classe dos servidores ficou garantido por lei, uma prática que já ocorria em gestões anteriores, mas ainda não era formalizado. Por fim, o projeto do MP também criou uma gratificação de deslocamento dos TNAIs, e estabeleceu novas nomenclaturas para carreiras e regras para ingresso no cargo, entre outros direitos e vedações.

Todos os requerimentos de reajustes salariais e de benefícios anuais foram atendidos pelo então PGJ, Dr. Cláudio Lopes, durante esta gestão. Até este momento o auxílio alimentação era pago por meio do cartão eletrônico da empresa Planvale que, a partir de uma reivindicação da Assemperj, passou a ser em pecúnia pago inclusive nas férias e licenças diretamente em conta bancária do servidor. A entidade apresentou um documento com mais de 400 assinaturas com depoimentos apontando problemas no modelo adotado pelo MPRJ. Com esta modificação no sistema e os aumentos anuais de 10% a cada ano, em dezembro de 2012 o auxílio alimentação chegou a R\$ 750,00. O abono de natal também passou a ser depositado na conta dos servidores, no valor duplicado do auxílio conquistado pela diretoria anterior, abandonando o ticket de papel tão criticado pelos associados.

Os benefícios de auxílio-locomção e o de saúde também tiveram avanços, ambos passando para a forma de reembolso pecuniário em conta neste período. O vale-transporte tradicional foi abolido e o servidor passou a receber com base nos valores do modal de transportes da capital do Estado, podendo inclusive utilizar este recurso com veículos próprios ou outros meios de transportes. Em relação ao auxílio-saúde, foi consolidado o reembolso direto no contracheque, e a Assemperj manteve os contratos coletivos de planos diversificados com a Amil e Assim, de modo a assumir as comprovações das contratações junto ao DRH/MPRJ.



Equipe da Assemperj com o presidente na festa de confraternização de 2012, no Real Astória. Da esquerda para a direita: Augusto Oliveira, Felipe T. S. Júnior, Leila Maria Moraes, Fabio Maia e Pablo Rafael Luz. Foto: Arquivo Assemperj.

Mesmo com um diálogo harmonioso com a Administração, foi nesta gestão que ocorreu a primeira ação coletiva da Assemperj contra o MPRJ e o Estado pelo descumprimento dos pagamentos previstos em lei na data-base. Desde 2007, os servidores não receberam corretamente o reajuste salarial, mas, após recursos de ambas as partes, o processo ainda aguarda julgamento pelos Tribunais Superiores. A avaliação do presidente à época é que, mesmo com este episódio, a comunicação institucional continuou estabelecida até o final da gestão e muitas conquistas ainda foram alcançadas. Era um momento de valorização do servidor e de crescimento econômico em todo o país. O Dr. Cláudio Lopes, no entanto, assim como os governadores da época, também respondeu a processos por corrupção posteriormente.

Entre as outras atividades da entidade naquele período, constam a participação na comissão de concurso para garantir a efetivação para ingresso no quadro de servidores, encontros presenciais com os secretários e trabalhadores dos CRAAls para atender suas demandas, a manutenção do convênio com as operadoras de celular e do conselho fiscal para a prestação de contas anuais transparente. Quanto aos eventos sociais, também foram mantidos os encontros mensais dos aposentados e as festas de fim de ano foram realizadas em locais utilizados para comemorações institucionais e de membros, como o Jockey Club e o Real Astória. O Bazar dos Servidores, que ocorre na sede do MPRJ, também foi mantido nesta época.

Na perspectiva política, além do fortalecimento da articulação com o MUSPE e a atuação dos servidores na Alerj, que refletiu principalmente na conquista do novo PCS, o diálogo com as entidades nacionais foi aprofundado. A partir da Ansemp, foram discutidas pautas em comum nos estados e a diretoria esteve presente em eventos promovidos pelo CNMP e nos encontros estaduais da entidade nacional. Na ocasião, também ocorreram agendas com as chefias institucionais de outros MPs, como no Rio Grande do Sul e na Paraíba, reforçando a representação do Rio de Janeiro, que é forte até os dias de hoje.

As instalações da Assemperj foram reformadas e adquiridos novos equipamentos de bem próprio da entidade, para dar maior comodidade ao trabalho dos funcionários e melhor atendimento aos associados. Também foi inaugurada uma sala com itens e mobiliário próprio no 4º andar da sede do MPRJ, que até hoje é utilizada pela

atual diretoria. Foram disponibilizadas duas vagas de garagem no Edifício Menezes Cortes e duas no estacionamento aberto do complexo-sede, a fim de facilitar o deslocamento de integrantes da diretoria e sortear o benefício aos associados. A Medalha Annibal Frederico de Souza foi reativada, a pedido da diretoria, para homenagear os servidores de longo tempo de casa.

Carlos Henrique Lontra (secretário-geral da Assemperj), Maria da Graça (ex-presidente), Dra. Mônica Fernandes (Subprocuradora de Administração) e Felipe Teixeira (ex-presidente). Foto: Arquivo Assemperj.



Mas nem tudo foi só glória nesta gestão; pautas importantes também ficaram pendentes. A discussão sobre o desvio de função, por exemplo, foi um tema apresentado de forma incisiva e não houve avanço. A demanda protocolada sobre a regularização do reenquadramento na carreira acabou também sendo infrutífera. Outra questão foi a proposta de reforma do estatuto, que contou com o apoio de associados mais antigos na elaboração da minuta, a qual, por razões políticas internas, não foi aprovada. Após dois mandatos consecutivos, conforme previam as regras estatutárias, houve uma transição mais conturbada com a ruptura da diretoria à época. A chapa Assemperj Democrática, composta majoritariamente pelos últimos integrantes da diretoria, foi eleita no pleito eleitoral.

Autonomia de classe em meio à turbulência



Diretoria da gestão (2013-2016), da esquerda para a direita: Ana Lúcia dos Santos, Elisabeth Cristina de Castro, Aline Ferreira Faria, Maria da Glória Araújo, Carlos Augusto Brizzante, Aline Cavalcanti Ferreira, Flávio Sueth Nunes e Jaciara Moraes Correia. Foto: Arquivo Assemperj

A equidade de gênero sempre foi uma marca da Assemperj: desde a sua primeira presidenta, as mulheres participam de todas as diretorias. Na gestão da servidora Maria da Glória Araújo Amaral, analista do quadro, não foi diferente. Além de ela assumir a presidência, sua diretoria também contou com a participação de outras colegas do MPRJ. Após uma transição conturbada de diretoria, devido a problemas internos na última chapa, o cenário político e econômico também não era dos melhores. Em 2013 a população foi em massa às ruas para protestar contra os governos estaduais e federal. Tudo começou com uma reivindicação pela redução dos valores das passagens nos transportes públicos, e acabou gerando um impeachment da presidenta e diversas prisões no governo do Rio de Janeiro.

No cenário Federal, a presidenta Dilma Rousseff (PT) foi afastada do cargo, acusada por pedaladas fiscais, e assumiu o seu vice, Michel Temer (PMDB), com uma agenda econômica mais neoliberal, dando início às tensões com os servidores públicos. No plano Estadual, os movimentos, inclusive o MUSPE, fizeram diversas manifestações na Alerj. Após as mobilizações que levaram milhões de pessoas às ruas e as mudanças no governo, a economia começa a desaquecer e isso acaba se refletindo nas questões salariais dos servidores públicos. Os últimos reajustes salariais ocorreram nestes anos e, desde então, as perdas inflacionárias não foram repostas.

Maria da Glória Araújo Amaral (analista e presidenta da Assemperj de 2013/2016)



“A aproximação com o servidor através de mobilizações e marchas para defesa dos seus direitos, foi importantíssima para obtermos vitórias, entre elas o reajuste aprovado no final de 2014, no percentual de 15%, último recebido pela categoria. Ainda em plena crise financeira, conseguimos encaminhar novo PL de reajuste em 2015. Na Alerj deixamos um legado a ser conquistado: o PL do Reenquadramento Funcional (...) Enquanto servidores ainda é indispensável o empenho, esforço e energia colocados pelos representantes classistas para tentar incutir a ideia de foco na isonomia. A presença da Assemperj e o apoio da categoria são primordiais para evoluir essa concepção perante os demais agentes, equilibrando a balança. Nesta seara temos avanços significativos, e devemos nos orgulhar deles.”

No aspecto interno administrativo, a diretoria ressaltou em entrevista coletiva a importância dos funcionários na manutenção dos serviços de forma incansável para suprir as demandas crescentes da entidade. São eles que diariamente fazem parte da memória viva de todos os serviços e o bom atendimento aos associados. Neste sentido, alguns contratos foram organizados à época e as finanças colocadas em ordem para ter dinheiro em caixa. São eles também que dão suporte aos pleitos protocolados junto à Administração ou ao Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça (OEC PJ), onde algumas reivindicações foram sustentadas oralmente naquele período. Na comunicação institucional, também ocorreram avanços com um profissional auxiliando na publicidade da classe a partir das redes sociais, e as festas de fim de ano foram um sucesso, com ampla participação dos associados.



Equipe e diretoria da Assemperj, da esquerda para a direita: Pablo Rafael Luz, Fabio Maia, Aline Ferreira Faria, Maria da Glória Araújo, Aline Cavalcanti Ferreira, Leila Maria Moraes. Foto: Arquivo Assemperj.



Servidores realizando manifestações na porta da Alerj por reajustes salariais. Foto: Arquivo Assemperj.



Com o cenário político em ebulição devido às crises e manifestações, foi implementado neste período um trabalho mais consistente na Alerj, com o diálogo direto com os deputados estaduais. Isso contribuiu bastante para a aprovação de projetos de lei de interesse da categoria, além das mobilizações e marchas dos servidores em defesa dos seus direitos. A reativação e intensa participação no MUSPE também foi outro marco desta gestão, de forma a enfrentar firmemente a grande crise que permanece até hoje. Várias ações nas ruas e palestras com as entidades foram realizadas, e as cobranças eram permanentes no Palácio Guanabara e nas secretarias de Estado.

A Assemperj participou ativamente das decisões do movimento, que desencadearam a Campanha dos Alimentos distribuídos aos servidores aposentados, por exemplo. A relevância do MUSPE com a Assemperj, também à frente no enfrentamento ao desmonte do serviço público, se refletiu nas campanhas de comunicação do movimento e nas aparições constantes nos principais jornais da cidade, inclusive televisivos, evidenciando as cobranças da categoria. As denúncias de corrupção e desvios dos recursos públicos, que afetaram os salários dos servidores e a qualidade dos serviços prestados à sociedade, foram comprovadas posteriormente com a prisão de diversos políticos e gestores do Estado do Rio de Janeiro.

Algumas conquistas internas foram alcançadas para os servidores, como a disponibilização de vans para o transporte na área do complexo-sede, a ampliação para seis vagas no estacionamento que passaram a ser sorteadas aos associados, a institucionalização na posse dos novos servidores e da Semana do Servidor e manifestações escritas no planejamento orçamentário-financeiro do MPRJ, a fim de evitar indeferimento futuro por ausência de previsão orçamentária. As tratativas com a Administração sempre foram mantidas; mesmo quando não era possível realizar reuniões, os procedimentos escritos internos foram enviados. A criação do Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (Sindsemp-RJ) também foi fundamental para a classe, que já reivindicava há algum tempo essa maior abrangência jurídica em defesa da categoria.



A presidenta Maria da Glória Araújo entrega um projeto em defesa da capacitação dos servidores ao então Subprocurador de Justiça de Planejamento Institucional, Eduardo Gussem. Foto: Arquivo Assemperj.



A Federação Nacional dos Servidores dos Ministérios Públicos Estaduais (Fenamp) foi fundada em São Luiz do Maranhão, em 19 de maio de 2016, por doze entidades sindicais, com o objetivo de representar os servidores ativos e inativos dos MP em todo o país. Sua constituição é fruto de um processo de reorganização do movimento desta categoria, que vinha sendo articulado desde 2015 com a publicação da Carta de Natal, documento norteador para a classe formulado no Fórum Nacional dos Trabalhadores do Ministério Público.

Desde então, a Fenamp tem realizado diversos encontros, congressos e mobilizações nas ruas e perante o Congresso, o CNMP e o Judiciário em defesa da categoria. Atualmente, 25 entidades compõem a federação, exceto São Paulo e Acre, que seguem em diálogo com diversos setores. A partir de 2018, durante o primeiro congresso extraordinário, realizado em Salvador (BA), foi deliberada a filiação à CSP Conlutas, construindo uma referência de movimento sindical combativo e classista.

Entre as muitas lutas da entidade nos últimos anos, se encontra a PEC do Voto (147/2015), de autoria do Deputado Federal Vicentinho (PT), para o voto direto nos PGJs nos estados, e a mobilização contra a Reforma da Previdência, entre outras. Atualmente tem se articulado em Brasília e com sua base nos estados, inclusive com uma forte campanha de comunicação, contra a Reforma Administrativa e demais ameaças aos direitos dos servidores públicos.

Com a crescente ameaça aos direitos dos servidores e as intensas mobilizações, a diretoria realizou seu processo sucessório com o sentimento de que só com união e luta consciente é possível obter a manutenção das conquistas nos últimos anos. Perante uma crise econômica e política crescente, cuja mídia e os últimos governos apontam como um dos responsáveis os servidores, é preciso se organizar e reivindicar os direitos adquiridos. Esta mesma dificuldade de representatividade na classe política foi sentida internamente no MPRJ, na medida em que grande parte dos pleitos, como o PL de Reenquadramento Funcional, que já persistia há tempo, não avançou. A isonomia e o reconhecimento de um trabalho autônomo, de modo a respeitar a representatividade dos servidores, é um dos principais desafios junto à Administração para fortalecer os pleitos da categoria.

O Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (Sindsemp-RJ) foi fundado no dia 16 de setembro de 2015 com o objetivo de representar a categoria com maior abrangência jurídica, combatividade e capilaridade entre os servidores da Instituição. Já era uma reivindicação antiga sendo debatida nos últimos anos pela categoria e as direções da Assemperj. Após um processo eleitoral conturbado, que envolveu uma primeira convocação de Assembleia Geral para sua fundação em 2012 anulada, o servidor Emerson de Oliveira foi eleito presidente em uma chapa constituída durante a Assembleia. Sua gestão, considerada tampão por muitos, foi responsável por regularizar a conta da entidade e aspectos administrativos e contábeis.

Nestes primeiros anos a luta girou em torno da estruturação do sindicato, das adaptações legais necessárias, da aproximação a entidades e movimentos que representam a classe e da aquisição da Carta Sindical, documento que garante a concessão à personalidade jurídica da entidade e suas atribuições legais de forma pública, como a representação da categoria e a negociação coletiva. De acordo com o primeiro presidente, tudo era feito de forma colegiada, sob consulta dos diretores, e foi muito apressado, pois sua gestão durou cerca de apenas um ano.

“O sonho era que o sindicato substituísse a Assemperj. Pelo tamanho do MPRJ, não precisamos de duas representações e, como o sindicato tem maior poder político e jurídico, seria mais interessante. Na nossa gestão, fizemos basicamente a parte documental para o sindicato sair do papel. Muitas coisas não conseguimos, porque todos da diretoria trabalhávamos no horário normal. Chegamos a fazer as primeiras filiações e ajeitar bastante coisa, depois realizamos a mudança do Estatuto e outra eleição”, lembrou Emerson de Oliveira.

O segundo presidente eleito, o servidor Geraldo Pereira do Vale, renunciou ao cargo pouco tempo depois devido a problemas pessoais. O vice-presidente, Ricardo Arouca Cleaver, era lotado em Angra dos Reis, então ficou acertado que o servidor e diretor da entidade, Fillipe de Souza da Silva, assumiria como suplente. Sua gestão ocorreu até o final do ano de 2018 e estabeleceu uma aproximação com o Muspe nas reivindicações em prol da categoria na Alerj e nas mobilizações nas ruas. O sindicato chegou a ter mais de 200 sindicalizados e participar de diversas atividades, como reuniões com o PGJ e encontros nacionais por meio da Ansemp e da Fenamp.

O presidente da Assemperj, Flávio Sueth, foi eleito presidente do Sindsemp-RJ e assumiu no início do ano de 2019. Por meio de uma Assembleia Geral Extraordinária conjunta, conseguiu realizar a unificação das entidades idealizada desde a fundação do sindicato, que entrou em vigor no início de 2021. Após a aprovação dos associados e sindicalizados, foi assinado um termo de cooperação que formaliza a aproximação e integração da Assemperj e do Sindsemp-RJ em vários aspectos administrativos e financeiros. As taxas associativas, por exemplo, caso a pessoa seja filiada às duas entidades, passam a ser uma só.

Embora tenham ocorrido vários avanços, devido a problemas burocráticos a Carta Sindical ainda é um objeto de luta do Sindsemp-RJ. Não obstante, a partir da filiação à Fenamp, cuja atual diretoria fez a transição abandonando a Nova Central Sindical, o sindicato tem atuado fortemente na federação, que conta com dezenas de estados membros. Conta também com uma assessoria jurídica e parlamentar em nível nacional que está acompanhando a situação junto às esferas competentes.

06

Modernização e Crescimento da Assemperj

Recorde de adesão: mais de dois mil associados

Com um cenário extremamente adverso aos servidores públicos, tanto no Estado do Rio de Janeiro quanto a nível nacional, os avanços da atual gestão se destacaram no âmbito interno da própria Associação, nas entidades nacionais e com a Administração do MP. Embora participando intensamente de todas as instâncias de luta, as vitórias foram muito limitadas devido às movimentações políticas dos governos e à crise econômica. No Rio de Janeiro, por exemplo, desde a Lei Complementar 159/2017, as recomposições salariais e benefícios estão suspensos e a previsão é da permanência por muitos anos do Regime de Recuperação Fiscal (RRF). É neste contexto que o atual presidente, Flávio Sueth, que já havia atuado em diretorias anteriores, assume a gestão da Assemperj. Apesar disso, foi o período que mais se estruturou a entidade, na medida em que toda sua administração foi modernizada e a equipe de funcionários foi duplicada. Com a implementação de um novo sistema, foi possível fortalecer os mecanismos de controle financeiro da Associação e dinamizar os procedimentos. Todo o banco de dados dos associados foi atualizado e criadas várias ferramentas para facilitar os fluxos de informações. Pouco antes da pandemia, foi contratada uma empresa para digitalizar todos os documentos e migrarmos para a nuvem, de modo a estimular a gestão compartilhada por todos da equipe.



Diretores, da esquerda para a direita: Rodrigo Cesar da Costa, Aline Cavalcanti Ferreira, Daniela Patrícia da Silva, Flávio Sueth, Vinícius Zanata e Christiane Félix Fernandes. Foto: Arquivo Assemperj.

Visita do presidente da Ansemp com a diretoria da Assemperj ao PGJ. Da esquerda para a direita: Virgílio Panagiotis Stavridis (chefe de gabinete do PGJ), Flávio Sueth (presidente), Eduardo Gussem (ex-PGJ), Aldo Clemente (presidente Ansemp), Vinícius Zanata (vice-presidente), Juliana Vargas Costa (Secretária-Geral). Foto: Codcom/MPRJ



Com a atuação com credibilidade política e o lançamento de diversos novos convênios, principalmente planos de saúde mais competitivos no mercado, o número de associados dobrou nos últimos 5 anos, chegando ao recorde de cerca de 2100 servidores. Foi negociado com a Amil um novo contrato mais atrativo, que gerou muita procura dos associados, e a rede conveniada foi ampliada para a Sulamérica e Bradesco Saúde. A parceria com a Masterclin, cuja empresa oferece desconto em mais de 10 mil serviços e produtos, a Gympass - com atividades visando a saúde física e mental -, convênios com a Golf Investimentos, Amperj, Universidades Veiga de Almeida, Cândido Mendes, além do Sesc, também fortaleceram o quadro associativo.



Encontro para a assinatura do convênio com entidades estaduais parceiras. Da esquerda para a direita: Mario Ricardo da Silva(SindCecierj), Gustavo Belmonte (Asdperj), Nelson Antunes (Anaferj), Rodrigo Lelis (Asproerj), corretores da Bradesco Saúde e Flávio Sueth (Assemperj). Foto: Arquivo Assemperj



Equipe da Assemperj com a diretoria, da esquerda para a direita: Lorena Azeredo, Juliana Vargas Costa, Pablo Rafael Luz, Fabio Maia, Flávio Sueth, Augusto Oliveira, Vinícius Zanata. Foto: Arquivo Assemperj.



Atual diretoria da Assemperj, da esquerda para a direita: Márcia Nogueira, Anália dos Santos, Juliana Vargas, Flávio Sueth, Jairo Darella, Vinícius Zanata e Daniela Patrícia da Silva. Foto: Arquivo Assemperj.

Para atender essa crescente demanda, a equipe foi sendo estruturada. Primeiro, com a contratação de um jornalista e um estagiário para aprimorar a comunicação e o atendimento e, com a saída do segundo, entraram duas novas estagiárias. Uma delas foi efetivada e é designer, prestando todo o suporte aos trabalhos nas redes sociais e diagramação, e a segunda ajuda nas tarefas administrativas e de comunicação. Nesse processo de crescimento foram realizados cursos de capacitação para a equipe atender nossos associados da melhor forma possível. Ao todo são seis funcionários trabalhando atualmente na Assemperj, e a sede foi transferida no final de 2018 para a Av. Presidente Antônio Carlos, 607/12º andar, onde são realizados os atendimentos presenciais até hoje.

No ano passado, após diversas assembleias e um intenso diálogo com os associados, houve uma mudança estatutária para institucionalizar a nova estrutura administrativa. A Assemperj estabeleceu um termo de cooperação com o Sindsemp-RJ, a fim de fortalecer a união das entidades. Além da gestão em conjunto e o reescalonamento das taxas associativas, o mandato dos representantes passaram a ter 3 anos em período eleitoral simultâneo. Foi ampliada também a aproximação com entidades parceiras com convênios oferecidos em comum. As associações estaduais da Defensoria Pública (Asdperj), Procuradoria-Geral do Estado (Asproerj), Analistas da Fazenda (Anaferj) e o Sindicato da Fundação Cecierj (Sindcecierj) estão operando convênios viabilizados pela Assemperj.

Articulações Políticas Estaduais e Nacionais

O MUSPE (Movimento Unificado dos Servidores Públicos do Estado) foi muito importante para a atuação política dos servidores estaduais ao longo de muito tempo. Mas em 2018, ocorreram rachas internos por diferentes visões políticas sobre o papel do movimento. A Assemperj, então, fundou com dezenas de outras entidades o Fosperj (Fórum Permanente dos Servidores Públicos Estaduais do RJ). Esse novo Fórum retomou a atuação geral das categorias e permitiu, inclusive, a aproximação de vários setores na vitória sobre as reposições inflacionárias dos salários dos servidores, cujo PL 1091/15 havia sido vetado pelo governador Luiz Fernando Pezão (PMDB). O governo do Rio de Janeiro recorreu, alegando que feria o RRF, e a Associação ingressou com pedido de intervenção no processo como uma Amicus Curiae no STF, mas a lei foi declarada inconstitucional na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6000 em uma decisão bastante polêmica.



Coordenadores da Fenamp e Diretores da Ansemp em julgamento no CNMP, em 2018. Foto: Arquivo Fenamp.



do Encontro Nacional promovido pela Assemperj na sede a-RJ. Foto: Fábio Caffé

Fórum Permanente dos Servidores Públicos do Estado do Rio de Janeiro

O Fórum Permanente dos Servidores Públicos do Estado do Rio de Janeiro (FOSPERJ) foi criado em 2018 para promover a unidade das entidades representativas de servidores públicos e fortalecer as lutas das categorias. A Assemperj participou intensamente de sua construção e compõe o núcleo executivo do movimento, que articula mais de 50 entidades sindicais e associativas de servidores públicos das diversas carreiras do funcionalismo da esfera estadual, as quais buscam valorização e dignidade ao servidor.

O Fórum é apartidário e se reúne periodicamente para definir estratégias de luta sindical e articular os participantes em torno das pautas deliberadas coletivamente. O objetivo é manter a unidade do conjunto mobilizada para defender os direitos dos servidores e um serviço público digno à toda a população.

Promove diversas manifestações nas ruas, campanhas políticas nas redes sociais, através dos seus canais de comunicação e articula as demandas dos servidores estaduais na Alerj. É o principal movimento dos servidores nos últimos anos em defesa das categorias no Rio de Janeiro.



Integrantes do Fórum de Servidores Públicos do Estado do Rio de Janeiro (Fosperj) antes da reunião com a presidência da Alerj em fevereiro de 2020. Foto: Arquivo Assemperj.

A Assemperj tem participado do núcleo executivo do grupo desde o início e contribuído em todas as campanhas e mobilizações em defesa do serviço público. Nos últimos anos, ocorreram algumas ações nas ruas e diversas iniciativas de comunicação nas redes sociais. O Fosperj tem lutado incansavelmente pelos direitos dos servidores e denunciado as ameaças propostas pelos governos estadual e federal. Na esfera nacional, a Assemperj chegou a sediar o encontro da Ansemp e Fenamp no Rio de Janeiro em 2018, com representantes das entidades de servidores do Ministério Público de dezessete estados. Poucos meses depois, no VI Encontro Nacional, realizado em Brasília (DF), que contou com mais de 100 delegados representando 23 estados, o presidente da Assemperj, Flávio Sueth, foi eleito vice-presidente da Ansemp (2019/2022). Essa relação próxima tem trazido frutos também para a entidade, além do acesso à assessoria jurídica e articulações políticas no Congresso Nacional em defesa da categoria. A partir de estudos comparativos nos MPs, por exemplo, foi possível elaborar um projeto de Remoções e Permutas apresentado ao MPRJ.

Conquistas internas no MPRJ

Uma pauta antiga dos servidores e extremamente necessária é a questão do assédio moral nas relações de trabalho na Instituição. Pleiteada por diversas diretorias anteriores, nesta gestão foi possível avançar com a constituição de uma Comissão de Prevenção ao Assédio Moral, instituída pela Resolução GPGJ nº 2.229 no âmbito da Subprocuradoria-Geral de Justiça de Administração. A Assemperj realizou diversos debates com os associados até apresentar um projeto ao PGJ e protocolar um procedimento administrativo reivindicando atenção ao tema, que foi abordado em um seminário realizado pela associação em parceria com a chefia institucional. Alguns servidores se queixam sobre a falta de instrumentos na normativa para prevenir e combater de forma mais concreta eventuais assédios, mas já é uma vitória inédita abrindo precedente para o debate em outros estados sobre esta pauta histórica.



Presença do presidente da Assemperj, Flávio Sueth, na solenidade de posse dos novos promotores de Justiça e membros do Conselho Superior do MPRJ em fevereiro de 2019. Foto: Codcom/MPRJ.

Flávio Sueth

(Servidor do MPRJ e presidente da Assemperj de 2017/2021)



"Passamos a participar de várias comissões, como a de teletrabalho e de prevenção ao assédio moral, que era uma pauta antiga e foi reconhecida pela instituição. Ajudamos na implementação do teletrabalho e, embora esteja longe do formato que gostaríamos, o início deste processo foi muito demandado pela categoria. Avançamos no projeto de recomposição salarial em 2018, mas o Regime de Recuperação Fiscal (RRF) dificultou a implementação do reajuste. Fizemos uma campanha de doação de alimentos em 2017 em parceria com o MUSPE. Mesmo com esse momento de crise, a nossa gestão conseguiu retomar o reajuste dos benefícios em 2017, 2018 e 2019. Fizemos a campanha "MP que Queremos" e várias Assembleias, apresentamos ao MP, em grupo de trabalho criado pela categoria, uma resolução para regulamentar as remoções e permutas que se encontra em trâmite desde 2018. Era uma promessa do PGJ, Eduardo Gussem, que não foi cumprida."

Outra conquista importante foi também uma nova resolução (GPGJ nº 2.150), que instituiu a Semana do Servidor no MPRJ. O evento já vinha ocorrendo há alguns anos, mas, a partir de uma solicitação formal da Associação, foi oficializado o compromisso institucional de realizá-lo anualmente. No dia do servidor do MPRJ, em 28 de outubro, são realizadas atividades de interesse da classe. A programação vai desde capacitações e debates sobre temas que envolvem os servidores, até atividades lúdicas e happy hours com a participação também de alguns membros.

Dentro da estratégia de maior aproximação com a categoria, foram realizadas também muitas visitas ao interior buscando aproximar os servidores dos CRAAIs. De forma inovadora, o PGJ esteve presente a convite da Assemperj em algumas para dialogar sobre as demandas locais. Nessa mesma linha, foi constituído um grupo de trabalho com os secretários de CRAAI para estabelecer uma comunicação mais eficiente com servidores do interior e dinamizar o fluxo de informações. Também pensando em aproximá-los, foi implementada de forma inédita a votação virtual no último pleito, via sistema eletrônico do MPRJ, a fim de possibilitar a participação eleitoral dos servidores que não estão na capital. Houve um engajamento recorde, que já está sendo estimulado com um novo pedido à Administração para as eleições previstas para o final de 2021.



Visitas aos CRAAIs do Interior, em 2019. Da esquerda acima para a direita: Campos dos Goytacazes, São Gonçalo, Barra do Piraí, Volta Redonda, Niterói e Teresópolis. Fotos: Arquivo Assemperj.

Comunicação & Luta

O aprimoramento dos fluxos de informações internos e externos da Assemperj foi uma das principais marcas da atual gestão. Antes da pandemia, foi publicada bimestralmente uma revista com 2 mil exemplares com ampla circulação. Diversos canais de comunicação foram criados, principalmente o atendimento e disparo de informações por meio do aplicativo WhatsApp, visando dar maior transparência às atividades políticas e financeiras da entidade. Nossas redes têm chegado cada vez mais aos servidores, e os procedimentos de atendimento têm facilitado o acesso às informações por parte dos associados. No novo site lançado recentemente, o Portal do Associado possibilita o acesso automático de documentação, declarações e dados a respeito do vínculo associativo.

Diversas campanhas políticas também foram realizadas nos últimos anos através dos atuais canais de comunicação. Visando a conscientização da classe, temas de interesse dos servidores foram massivamente divulgados. A Campanha #MP Que Queremos e de Comportamento Digital e Domínio Tecnológico no âmbito pessoal e do trabalho, que também contou com uma oficina aos associados, são exemplos neste sentido. De modo inédito, durante a pandemia de COVID-19 foram realizadas "Lives" com o PGJ e o Secretário-Geral, contando com ampla participação dos associados, assim como as sabatinas com os candidatos à chefia institucional do MPRJ. Também graças às novas ferramentas, foi possível a realização de diversas Assembleias Gerais virtuais. A tradicional festa de fim de ano teve de ser cancelada por conta da pandemia, mas o evento online foi um sucesso com variadas premiações aos associados.



A estreita conexão com o Fosperj e as entidades nacionais têm fortalecido nossa comunicação institucional. Toda semana divulgamos informações em comum das entidades de classe com uma comunicação articulada em rede sobre o serviço público. A ação conjunta tem potencializado o alcance das informações de interesse da categoria, e facilitado a participação dos nossos representantes nas mídias de ampla circulação. A visibilidade das nossas pautas tem crescido interna e externamente nos meios de comunicação das entidades e na mídia como um todo.

07

Desafios atuais e pautas históricas pendentes

Apontamentos para o futuro

A história da Assemperj mostra de forma didática, com base em muitos exemplos, a importância de uma entidade de classe e da participação dos servidores na conquista dos seus direitos e manutenção das suas garantias. Muitos benefícios e questões trabalhistas dentro do MPRJ, por exemplo, são frutos das articulações das diretorias da entidade junto aos seus associados na negociação com a Administração. Nada é conquistado facilmente e para muitas delas foi preciso, inclusive, de mobilização nas ruas, na instituição e na Alerj. Mesmo assim, algumas pautas reivindicadas ao longo destas três décadas ainda não avançaram.

O diálogo com a chefia institucional varia muito de acordo com as circunstâncias, e nem sempre há receptividade para questionamentos. Existe uma grande dificuldade, embora a instituição ressalte sua importância na consolidação da democracia, em lidar com o diferente e avançar nas questões hierárquicas internas. Se antigamente havia um tratamento mais pessoal perante uma instituição pequena, onde todos se conheciam e conviviam, hoje o MPRJ tem quase 4 mil servidores em todo o Estado e uma entidade de classe forte e independente. A relação institucional de forma impessoal, que garanta a isonomia dos servidores, se faz cada vez mais necessária. Não é razoável que em virtude de algum tensionamento, o diálogo institucional seja rompido.

Diálogos sobre SAÚDE MENTAL E PANDEMIA

data | 29/04 (quarta-feira)

horário | 11h

convidadas | Marcelle Esteves e Juliana Barros (Psicólogas)

mediadora | Juliana Vargas (Diretora Geral da Assemperj)

FIQUE EM CASA COM A ASSEMPERJ/SINDSEMP-RJ

Atualização Cadastral do Portal do Associado

Pedimos aos nossos(as) associados(as) que atualizem seu cadastro pelo Portal do Associado. É online e rápido!

Link de acesso na legenda dessa imagem

Assemperj SINDSEMP-RJ

NOVEMBRO NEGRO

Pela Igualdade Racial nas relações de trabalho

#MP QUE QUEREMOS

Assemperj SINDSEMP-RJ

BENEFÍCIOS EXCLUSIVOS ASSEMPERJ/SINDSEMP-RJ

Servidor Efetivo e Extraquadro que faz parte da Assemperj pode contratar produtos e serviços com valores exclusivos.

amil SulAmérica bradesco Saúde

Estácio UVA FACHA

ENTRE EM NOSSO SITE E ASSINALE: assemperj.org.br

Você Sabia?

COMISSÃO DE ASSÉDIO MORAL

Saiba mais na legenda!

Assemperj SINDSEMP-RJ

Você Sabia?

TELETRABALHO

Saiba mais na legenda!

Assemperj SINDSEMP-RJ



Pautas como a possibilidade de os servidores votarem na eleição do PGJ, por exemplo, vem sendo pleiteadas desde antes da fundação da Asproju, na década de 1980. A participação no CNMP para ter voz nas decisões também não vem de hoje. Petições foram apresentadas por mais de uma diretoria para viabilizar a extensão do abono de natal aos aposentados, mas não houve avanços ainda, assim como o auxílio-educação para o próprio servidor na sua qualificação. Muitas ações estão tramitando no Judiciário há anos, como o pedido de correção salarial dos anos 2007 a 2010, cuja revisão anual estava prevista na lei da Data-Base. Destaca-se, também, que o plano de cargos tem um adicional de qualificação desde 2012 e nunca implementado.

É extremamente importante recordar estes episódios para os associados perceberem as dificuldades enfrentadas em todas as negociações em defesa dos servidores. Nenhuma vitória mais significativa ocorreu sem pressão por parte dos servidores. Por isso a importância pedagógica desta publicação comemorativa dos 30 anos de Assemperj e o registro da memória institucional. Vivemos um momento histórico muito desfavorável, que vem se agravando ainda mais a partir de uma onda conservadora e contra o serviço público que se intensificou no país. O governo Michel Temer já havia assumido com a existência de uma agenda econômica neoliberal e iniciou os processos de flexibilização e ameaças aos direitos dos trabalhadores. Desde a Reforma Trabalhista e a emenda constitucional do Teto de Gastos Públicos, por exemplo, outras iniciativas vêm sendo propostas pelo governo federal no sentido de fragilizar os direitos.

O novo governo Jair Bolsonaro chega em 2019 com intenção clara de intensificar este processo com o ministro Paulo Guedes à frente, e, desde então, muitas PECs, Leis e tantos outros instrumentos jurídicos vêm sendo apresentados contra os direitos dos trabalhadores. O Regime de Recuperação Fiscal, adotado pelo governo do Rio de Janeiro, e as Leis Complementares 159/17, 173/20, 178/21 e o Decreto Federal 10.681/21 são exemplos que, na prática, inviabilizam melhorias e a manutenção dos direitos dos servidores públicos. Após o afastamento dos dois últimos governadores, o atual interino Cláudio Bomfim de Castro (PSC) ainda não estabeleceu um diálogo com as entidades e o Fórum dos servidores. É neste contexto que os desafios se apresentam hoje para a categoria em meio a uma pandemia e uma crise econômica sem precedentes nas últimas décadas. Por isso é importante que as entidades de classe ganhem mais força para enfrentar os desafios.

Há um ataque muito grande aos servidores e a pandemia dificultou a mobilização das pessoas, ocorrendo uma dispersão da luta, por isso a associação sofreu algumas derrotas. Havia também mais resistência da sociedade como um todo há alguns anos, e isso se refletiu na Assemperj em mobilizações nas ruas. Alegam que o serviço público é um gasto, ao invés de investimento, e ele é encarado como um privilégio. Porém, são demandados cada vez mais pela crise social e econômica, assim como o MPRJ vai aumentando seu papel, enquanto os gastos estão congelados e não se pode aumentar a quantidade e qualidade do capital humano empregado. Daí a importância dessa estruturação da Assemperj nos últimos anos, a fim de se preparar para momentos mais difíceis que podem estar por vir. Por isso, se fortaleceu cada vez mais a base de funcionários, associados e a comunicação institucional.

Juliana Costa Vargas

(Servidora do MPRJ e Diretora-Geral da Assemperj de 2019/2021)



"A atividade de representante sindical tem sido um desafio constante. O período em que vivemos é de progressiva precarização do trabalho, o que vem atingido também o serviço público e seus servidores. Esse cenário requer ainda mais nossa responsabilidade e necessidade de engajamento político.

A manutenção dos nossos direitos, tão duramente conquistados e o avanço em novas conquistas, tem se revelado uma luta árdua e permanente, travada nos mais diversos espaços políticos e sociais.

O aumento das desigualdades sociais, potencializado pela pandemia, torna o serviço público ainda mais necessário à população. Entretanto, o projeto político em curso aponta para a crescente desvalorização e sucateamento desses serviços. Se tal conjuntura, por um lado se mostra desafiadora, por outro, vem reforçar o quanto a união e capacidade de mobilização é fundamental para o fortalecimento dos servidores e do serviço público".

A articulação com as entidades de classe no estado e a integração com as representações nacionais dos servidores têm sido estratégicas. A Reforma Administrativa discutida pelo Governo Federal e o Congresso neste período de finalização deste livro comemorativo é um alerta sobre o que se enfrentará daqui para a frente. E a ofensiva não deve parar por aí: por isso a importância da união e participação cada vez maior nas questões que envolvem a categoria e a nossa sociedade como um todo. As lutas são pelas melhorias salariais e benefícios da classe, mas também por uma sociedade mais justa. Um serviço público de qualidade, bem remunerado e eficiente será o que as populações mais vulneráveis precisarão no meio desta crise. A Associação tem o imperativo, portanto, de lutar pelos servidores e por uma sociedade mais democrática, seguindo os princípios constitucionais do MPRJ.



Atividade da campanha #MPqueQUEREMOS, na sede do MPRJ, em 2019. Foto: Arquivo Assemperj.

Vinícius Zanata

(Servidor do MPRJ e vice-presidente da Assemperj de 2019/2021)



"Nossos direitos são resultado de nossas lutas". Esse é o lema da última campanha da Assemperj, estampada em camisas e adesivos, mas também o sentido maior de existência das entidades de representação de classe. Todo avanço ou retrocesso em direitos deriva da nossa força de organização diante de uma conjuntura política e econômica cada vez mais desafiadora.

Os últimos anos têm sido especialmente difíceis para os que aspiram por um serviço público forte e provedor de demandas sociais. Não por acaso, também nesse período chegamos ao menor nível de sindicalização entre os trabalhadores brasileiros, inclusive os do setor público. É preciso aprender com a História para que o presente não aprisione o futuro.

O papel das direções sindicais e associativas é o de apontar os caminhos, e nunca as direções estiveram tão preparadas para o enfrentamento em defesa dos direitos mais básicos. Mas sozinhas não são suficientes para mudar o curso dos acontecimentos e imprimir uma nova realidade para o setor público. Eis, portanto, o desafio que está posto para os próximos anos."



08

Eventos Culturais

Atividades externas da Assemperj

30 Anos
ASSEMPERJ

Os eventos culturais foram uns dos destaques da atual gestão da Assemperj. Além de manter e ampliar a tradicional festa de confraternização no final do ano, foram lançados o inédito Samba do Servidor e a organização de futebol de salão semanal aos associados. Estes eventos, no entanto, foram suspensos por causa da pandemia desde o início de 2020. Neste espaço trazemos algumas imagens das atividades que ocorreram nos últimos anos, e de eventos antigos também, como o café dos aposentados e outras atividades



Diogo Caliano

(Servidor e Diretor de Cultura da Assemperj 2019/2021)

"Iniciamos o projeto "Samba do Servidor" em 2019 pensando em 3 objetivos: fortalecer a cultura musical da cidade, Intensificar os laços de amizade entre os servidores criando oportunidades de debate fora do meio institucional e, por último, oportunizar o lazer e confraternização entre categorias de diferentes instituições. Após 8 edições reunindo em média 300 pessoas por dia, a Assemperj tem a certeza dos objetivos alcançados!"

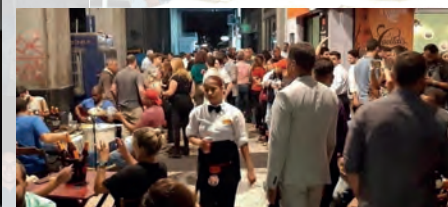
Samba do Servidor



Diretoria e parceiros com a cantora de samba Marina Iris e a deputada estadual Renata Souza (Psol-RJ) no Samba do Servidor no bar Nobre.



A cantora da nova geração do samba, Gabriela Pasche, foi uma das atrações do projeto.



Primeiro evento realizado no bar Domingos, na Av. Nilo Peçanha, com ampla participação dos associados.



O Samba do Servidor também serviu de ponto de encontro para a categoria.



Grupo Samba da Alvorada, que produziu todas as edições do Samba do Servidor.



A servidora Mildred Hetttnhausen Lydia discursando para os aposentados.



Mesa de lanches oferecidos aos aposentados durante os encontros.

Chá dos Aposentados

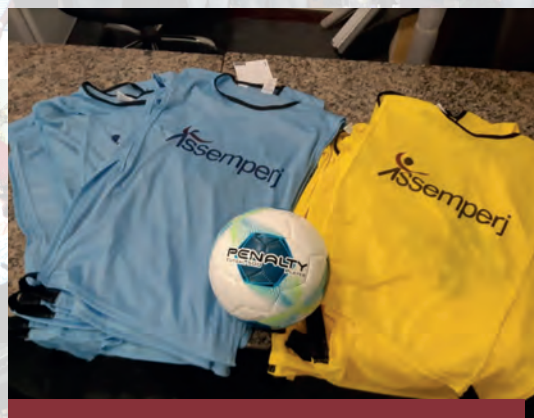
Muitos associados mais antigos e aposentados frequentavam o Chá dos Aposentados. Além da lembrança, deixamos nestas imagens também uma homenagem aos que não se encontram mais entre nós. Foto: Arquivo Assemperj.



A presidente Fanny Freitas (segunda à direita) com os aposentados, na sede da Travessa do Ouvidor.

Futebol dos Servidores

O futebol da Assemperj ocorreu durante alguns meses em 2019 e foi interrompido pela pandemia no ano seguinte. Os jogos ocorreram nos clubes Boqueirão e Santa Luzia, no Centro do Rio. Chegamos a iniciar a preparação de um campeonato com medalhas e troféus, mas o apoio ficou interrompido temporariamente durante a pandemia.



Materiais esportivos disponibilizados pela Associação para a realização do futebol.



Associados e funcionários da Assemperj na quadra do clube Boqueirão.

Festas de Fim de Ano

A tradicional festa de confraternização de fim de ano da Assemperj é realizada desde os primeiros anos da entidade. Considerada um momento de encontro entre os associados com ampla participação dos servidores. Os locais variam de acordo com a opção de cada gestão, mas nunca deixou de acontecer. No ano passado, com a impossibilidade do contato pessoal por causa da pandemia, houve uma atividade online com premiações.



Associados e convidados dançando na festa no restaurante Real Astoria, em 2012.

Salão lotado do Casarão Ameno Resedá na festa de final do ano de 2018.



Salão do Casarão Ameno Resedá na festa de confraternização de 2017.



Participantes dançando no salão do Lapa 40 Graus, no ano de 2008.



Associados e convidados no banner da festa de confraternização no Espaço Kubrick, em 2019.



Banda de rock Fato Consumado na festa de confraternização de 2019, no Espaço Kubrick, na Lapa.

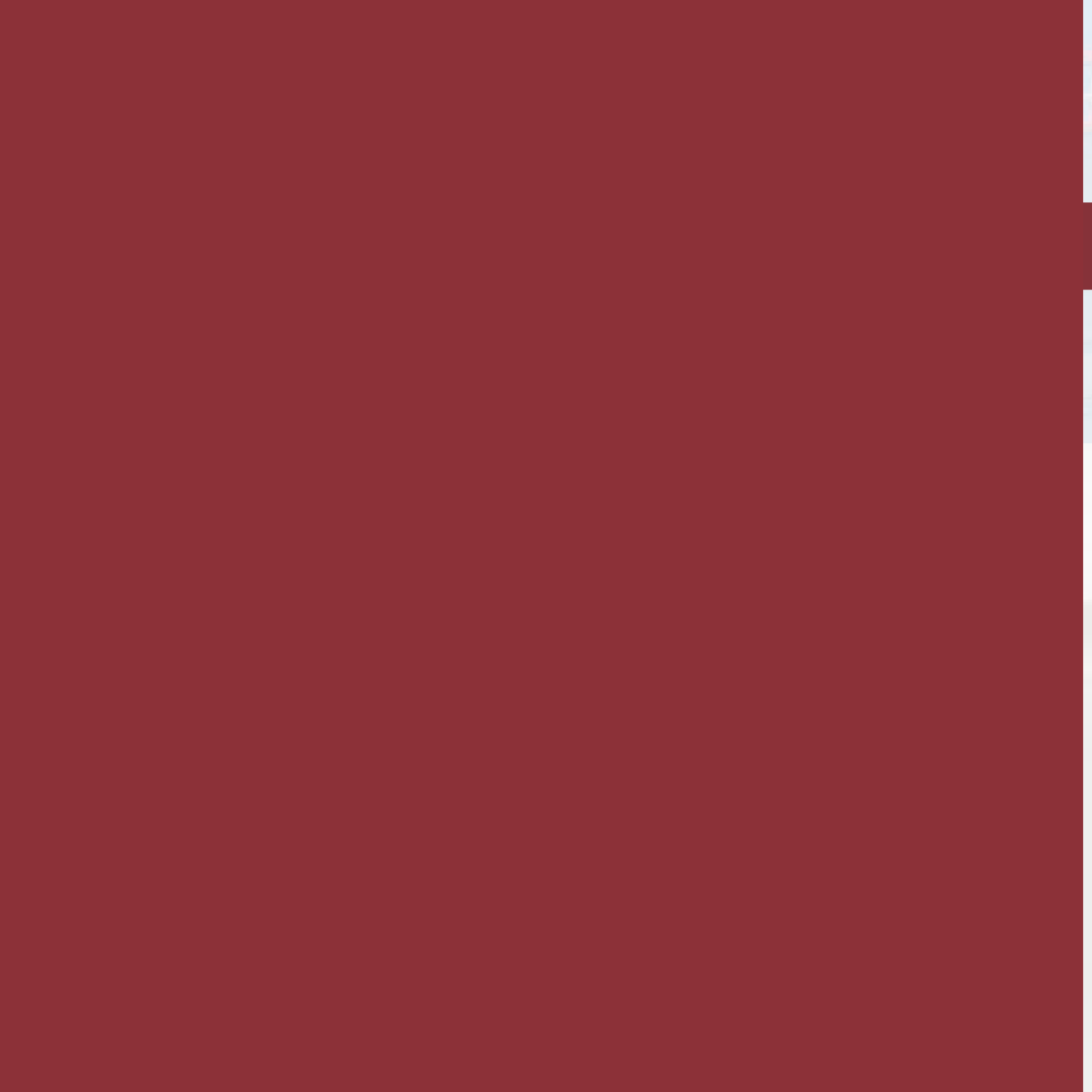


Show de João Martins e Marina Iris, ícones da nova geração do samba carioca, na festa de 2017 no Casarão Ameno Resedá.



09

Depoimentos e Homenagens



PGJ's



Dr. Antônio Carlos Biscaia (PGJ 1984/1985 e 1991/1995)

Praticamente não existiam os cargos de servidores, eram quase todos comissionados e uma situação muito precária. Depois da Constituição de 1988 tornou-se necessária a organização do quadro de servidores do MPRJ, tendo sido encaminhado um projeto de lei à Alerj. A Procuradoria Geral de Justiça ocupava apenas dois andares na Av. Nilo Peçanha e fomos aos poucos obtendo novos espaços. Quando um andar ficou desocupado na Travessa do Ouvidor achei importante que a entidade de classe tivesse uma sede, mas o mais importante foi o projeto de lei para criação do quadro de servidores. Houve o primeiro concurso e quando assumi a PGJ as nomeações foram feitas. Alguns servidores cedidos de outros órgãos do Estado foram efetivados no quadro. Considero essencial o apoio que os membros do MPRJ recebem hoje, não se pode mais imaginar a Instituição sem este quadro de apoio concursado e qualificado.

Nossa relação com a diretoria da Assemperj sempre foi muito boa, inclusive sempre fiz questão de participar em todos os eventos sociais para prestigiá-los. A entidade de classe, seja associação ou sindicato, é importante e deve contar com a participação dos servidores. Não é simplesmente se associar ou filiar pagando um valor mensal, o importante é a participação e cada vez mais aprimorar e garantir os direitos dos servidores tão ameaçados recentemente. Estamos num momento muito difícil no país, em que se procura enfraquecer os servidores públicos como se fossem os responsáveis pelo que está acontecendo. Defende-se a privatização dos serviços públicos e a liberalização de suas atividades, devendo as entidades de classe se manifestar em oposição. Os servidores não são parasitas, pelo contrário suas atividades são essenciais e principalmente as do Ministério Público. Um quadro de servidores forte, bem estruturado e remunerado é indispensável para que o MPRJ possa cumprir suas elevadas atribuições legais e constitucionais.



José Muiños Piñeiro Filho (PGJ 1999/2001 e 2001/2003)

Ao concorrer ao cargo de PGJ, havia menos de um servidor por membro do MPRJ em atividade. Por isso, procurei estruturar a Instituição para atingir a meta de pelo menos 02 servidores a cada membro do *Parquet*. E assim foi feito com o integral apoio da então Asproju, começando por ceder espaço para seu funcionamento até que possuísse sede própria. Era necessária uma reestruturação da carreira e atualização do Plano de Cargos e Salários, sem desconsiderar tudo que fora conquistado pelas legislações anteriores. A criação por lei, no ano de 2000, dos 15 cargos de peritos (GATE) e 480 cargos de secretários (Técnicos Processuais) na forma da Lei n.º 3678/2001, foi o início de um projeto que culminou com a aprovação pela Alerj e após a sanção governamental, da Lei n.º 3899/2002. Houve uma readequação salarial significativa, um estímulo à progressão na carreira e a ampliação do quadro de servidores, inclusive com a criação inédita dos 25 cargos de Técnicos de Notificação e Atos Intimatórios (Oficiais de Justiça), além de mais 183 cargos de servidores, bem como 77 novos cargos comissionados.

Outro aspecto relevante foi garantir, também por lei, à Asproju a indicação de membro titular e suplente para a Comissão de Implantação do Plano de Carreira e que qualquer revisão dos vencimentos concedida aos servidores públicos civis do Estado seria aplicada aos do MPRJ. Tudo que foi alcançado deve-se à atuação das diretorias e servidores da Associação de Classe, pela incansável dedicação e sensibilidade do então Primeiro Subprocurador Geral de Justiça Hugo Jerke, dos Secretários-Gerais de Administração e a inestimável contribuição do Procurador José dos Santos Carvalho Filho, o Carvalhinho. Parabênzulo a Assemperj pelos trinta anos de existência, agradeço ao corpo de servidores toda a compreensão, paciência, e crença na chefia institucional e à minha pessoa em particular.

Membros



Dr. José dos Santos Carvalho Filho (Procurador de Justiça aposentado)

Em minha trajetória no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, sempre respeitei e valorizei os servidores do quadro de apoio da Instituição. E o fiz na certeza de que, sem esse apoio, os membros dificilmente alcançariam seus objetivos. Ou seja: sem os meios não se chegaria aos fins. Tive a honra de participar ativamente na elaboração do primeiro PCS e, ao fazê-lo, procurei atender às demandas dos servidores. Aquele momento foi o nascedouro do valor institucional do seu quadro – hoje, com a evolução, transformado em importante microssistema funcional.

A Assemperj está de parabéns pelos seus 30 anos de existência. A ela, por sua institucionalização, coube agregar os elos de fortalecimento dos servidores e a segurança daqueles que, habitualmente com grande competência profissional, emprestam seu apoio aos membros e órgãos da Instituição. De minha parte, expresso também meu agradecimento por todo o apoio, pessoal e técnico, que recebi dos servidores e da associação, ao tempo em que faço votos de que esta prossiga, cada vez mais forte, na proteção dos interesses de seus associados.



Dr. Hugo Jerke - (Subprocurador-Geral de Justiça - 1995/2003)

Tinha estreito contato com o corpo funcional e o Presidente da Assemperj, Victor Hugo da Silva, solicitou colaboração para a aprovação do auxílio saúde, com a participação do Uilson da Fonseca que trabalhava comigo. Atuei junto ao Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça e, na festa de natal de 2003 da Associação, noticiei a aprovação do benefício. Mas o que mais me marcou à época foi a designação, pelo então PGJ, José Muiños Piñeiro, para presidir a comissão destinada a elaborar o projeto de lei dispendo sobre o quadro permanente dos serviços auxiliares do MPRJ, integrada pelo eminente administrativista Carvalho Filho, o Carvalhinho, e pelos servidores Heloisa Helena, então diretora do DRH, e Oscar Pinto, ligado ao controle orçamentário da instituição, além da inestimável colaboração do então presidente da associação, Victor Hugo, que nos trouxe um anteprojeto.

Atendendo todas as proposições, partindo do regime jurídico adotado pelo MPF, tivemos a oportunidade de oferecer à consideração do PGJ um estatuto moderno prevendo critérios claros de promoção e remuneração para todos os servidores, com criação de vários cargos, que redundou no Projeto de Lei nº 3154/2002 e, posteriormente, na Lei nº 3899, de 19 de julho de 2002. Ao ensejo da comemoração dos 30 anos da Assemperj, expresso minha gratidão e o eterno reconhecimento aos dedicados servidores do MPRJ por tudo o que realizam por nossa amada Instituição.

Primeiros Associados

30
Anos
ASSEMERJ



Mildred Hetttnhausen Lydia (servidora aposentada com 91 anos)

"Sou do primeiro concurso para funcionário do MP ainda no Estado da Guanabara, pois anteriormente não havia concurso público. Prestei o concurso em 1966 e fui nomeada e ingressei no quadro em 1971, exercendo várias funções, quando passei a chefiar o Serviço de Preparo do Pagamento em 1975. Mais ou menos nesta ocasião conheci a Asproju - embrião da hoje Assemperj - e fui convidada a participar do grupo visando a aproximação dos servidores aposentados. Mas com a fusão dos Estados da Guanabara e Rio de Janeiro fiquei muito atarefada e assim me afastei da agremiação. Continuei sempre associada e acompanhei a evolução para a atual Assemperj, da qual todos nós servidores ativos e inativos temos muito orgulho de fazermos parte. Este é meu testemunho e agradecimento pelo trabalho desenvolvido em defesa dos servidores e agradeço a oportunidade da minha colaboração, mesmo porque sendo aposentada desde 1993 continuo sempre servidora do MPRJ!"



Laura Maria Taves (servidora aposentada com 80 anos)

"Fiz parte, como Conselheira da Assemperj, da gestão do Felipe Teixeira (2009/2012) e muito me alegra ter dado minha contribuição. O que tenho a dizer é que sou muito grata a todos os Presidentes, Diretores e Funcionários da Associação, que sempre acolheram e prestigiaram os Servidores Aposentados. E a essa entidade, que nos representa de maneira tão competente e criteriosa!"



Eloísa Sena Grijó (aposentada após 33 anos de MPRJ, foi secretária de duas diretorias)

"É com muito orgulho que faço parte da Assemperj. Vi nascer com muitas dificuldades, apesar de um grupo de servidores nos criticarem, pois não acreditavam que daria certo. Quando foi fundada, para equipar as instalações, fizemos uma lista para doações de tudo que precisasse para mantermos nosso objetivo de pé. Quando recebemos vale refeição, passamos a doar um "tíquete" por mês, que era vendido para angariar fundos. A fundação teve como objetivo dar voz a um grupo que não tinha expressividade. Éramos poucos e divididos em servidores antigos e novos, sem diretrizes para que pudéssemos reivindicar nossos direitos, mostrar nossa força e importância dentro do MPRJ, que na época ganhava força e autonomia na sociedade, e mostrar também que juntos somos mais fortes. Tivemos encontros maravilhosos, confraternizações de final de ano em salões elegantes e em sítios recreativos. Mas também fomos à luta, reivindicando nossos direitos em sessões na Alerj, nos encontros com PGJs e Secretários-Geral, visando dar qualidade de vida, condições de trabalho dignas e remuneração condizente. Hoje vejo com bastante esperança e alegria tudo que iniciamos e que está sendo conduzido por colegas dedicados a dar continuidade ao nosso objetivo."

O servidor Oscar Pinto Pereira e a ex-presidente Maria Teresa Reis Mendes (in memoriam) por volta de 1989 na Comissão de Concurso para Promotor de Justiça, na Sede da PGJ, Nilo Peçanha, 12. Foto: Arquivo da família.



Maria das Graças de Oliveira (ex-presidente da Assemperj), João Fernando Medeiros (in memoriam), Ary Jesus da Silva (in memoriam), Oscar Pinto Pereira (in memoriam) e sua esposa. Foto: Arquivo Assemperj



Da esquerda para a direita, antigos associados, alguns já falecidos: Luiz Benedito, Ary de Jesus Silva, Arnaldo Sá, Geraldo Martins Domingos, Eraldo e Luiz Carlos Sbroca (atrás). Foto: Arquivo Assemperj.

Parceiros da Assemperj

30
Anos
ASSEMPERJ



Fabiano Holanda (Corretora Analítica que opera os planos Amil)

"Enorme alegria e orgulho em partilhar da história da Assemperj como parceiro/fornecedor desde 2006, na então gestão do presidente Paulo Gustavo Hundertmark. Naquele ano, minha corretora à época, passou a administrar os contratos de saúde e odontologia mantidos junto a Amil. Trouxemos um olhar consultivo e técnico para a gestão dos contratos Amil, permitindo assim a consolidação do convênio entre os associados. Nosso relacionamento foi se solidificando ano após ano nas gestões que se sucederam, como nas presidências da Fanny Freitas e do Felipe Teixeira. Em 2012 me afastei da associação ao sair da minha antiga corretora, retornando em 2016, já com a minha atual empresa, a Analítica Seguros, na gestão da Maria da Glória, para administrar novamente os contratos da Amil. Em 2017, já na gestão do atual presidente, Flávio Sueth, implantamos os novos contratos Amil, comercializados atualmente, com custos muito mais agressivos e grade de planos atualizada, que logo se tornaram uma referência na grade de convênios da Assemperj, contribuindo de forma consistente para o crescimento da entidade. Temos muito a agradecer a todas as equipes e diretorias com as quais tivemos a oportunidade de conviver e trabalhar ao longo destes anos e sobretudo aos servidores associados, que acreditaram no convênio Amil e nos deram a oportunidade de assisti-los. Vida longa à Assemperj e que esta instituição continue fazendo a diferença na luta por melhores condições de trabalho e pelos direitos do servidor público. Que venham os próximos 30 anos".



Ileana M. I. Teixeira Moura (CEO Extramed Administradora de Benefícios - Sulamérica)

"Estamos muito felizes em fazer parte deste momento e parabenizamos a Assemperj pelos seus 30 anos de trabalho e dedicação aos servidores do MPRJ. Sabemos do cuidado que a entidade tem com a saúde de seus associados e por isso reforçamos o nosso compromisso com a excelência no atendimento aos nossos beneficiários, que é fruto de um investimento constante em tecnologia e novas ferramentas capazes de proporcionar um acesso fácil e prático aos benefícios de saúde e odontológicos. Os associados podem contar com a Extramed para obter todo o suporte necessário na realização de liberações, orçamentos e demais serviços ligados à saúde, pois nossa equipe conta com uma área médica própria e uma área técnica-atuarial qualificada, com ampla expertise em saúde e responsável pela análise estatística das utilizações do contrato junto a entidade".



Claudio Capovilla Brabo (Sócio diretor da Positiva Administradora de Benefícios, que opera a Bradesco Saúde)

"Parabenizamos a Assemperj pelos seus 30 anos de existência e relevantes serviços prestados aos servidores públicos do Estado do Rio de Janeiro. Agradecemos pela parceria e confiança, registrando nosso privilégio de poder contribuir com esta nobre missão".



Francisco Antônio Távora (Ex-presidente da Associação Nacional dos Servidores do Ministério Público - Ansemp)

"Os 30 anos da Assemperj significa pioneirismo na luta pelos direitos do trabalhadores e trabalhadores do Ministério Público, porquanto figura dentre as mais antigas entidades representativas. Além do trabalho de base que realiza na defesa dos direitos e interesses de seus associados, a Assemperj muito tem contribuído para a luta nacional em parceria com a FENAMP, assim como na fundação da ANSEMP (2006) e no oferecimento de quadros para a luta nacional, a exemplo do Flávio, vice-presidente da Ansemp, e do Vinícius, coordenador executivo da FENAMP".



Alberto Ledur (Presidente da Federação Nacional dos Servidores do Ministério Público - Fenamp)

"A Assemperj exerce um papel fundamental na construção da atuação das entidades nacionais dos servidores do Ministério Público dos Estados. A qualidade técnica e política de seus quadros é fundamental para que nossa categoria avance na sua formação de identidade coletiva e na busca de melhores condições de vida e de trabalho dos servidores do MP Brasileiro. Nós, da Fenamp, desejamos longa vida à Assemperj e sucesso na sua caminhada. Que venham muitos anos de avanços e conquistas para os servidores do MPRJ".



Cláudio Henrique da Cruz Viana (Presidente da Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - Amperj)

"É com orgulho que hoje participo da celebração dos 30 anos da Assemperj. Os laços entre a Amperj e a Assemperj sempre foram estreitos, pois ambas as entidades têm como objetivo maior e final o fortalecimento do próprio Ministério Público. E essa proximidade se refletiu, ao longo dos anos, em projetos e atividades que engrandeceram a atuação das duas entidades. Tenho certeza que o passado de lutas e conquistas se refletiu no presente vitorioso e se refletirá num futuro promissor. Parabéns à Assemperj e a seus associados pelo merecido reconhecimento diante de notório histórico de representação e defesa dos servidores do MPRJ".



Virgílio Panagiotis Stavridis (presidente do conselho de administração do Sicoob Coomperj)

"Sem dúvida há muito o que comemorar com os 30 anos da Assemperj. Quem viveu boa parte deste período no MPRJ, sabe que cada pequeno passo dado na construção da entidade representou uma grande conquista a ser comemorada. E para essa conquista, indispensável se mostra a presença de entidades associativas fortes e coesas. A Assemperj soube conquistar seu espaço de representação dos servidores, importante parte da engrenagem que faz o MPRJ funcionar tão bem. Que o crescimento associativo seja perene, para que sempre comemoemos a existência dessa tão importante entidade classista".



Gustavo Belmonte (Presidente da Associação Dos Servidores Públicos Do Estado Do Rio De Janeiro - Asdperj)

30
Anos
ASSEMPERJ

"Em 2018 nos unimos a outras entidades para inaugurar o bem sucedido 'Samba do Servidor', um espaço descontraído que possibilitava uma interação entre servidores de diversas categorias. Foi lá que surgiu a ideia dos convênios, que se tornou um carro chefe da Asdperj e de outras instituições. Através dessa parceria com a Assemperj, entidades menores como a nossa conseguiram ter acesso a diversos benefícios que não seriam possíveis sem o grande grupo de conveniados. A iniciativa corajosa do presidente da Assemperj, Flávio Sueth, em possibilitar esses tipos de convênios fortalece individualmente diversas instituições e facilita a integração das categorias e união nas pautas de luta".



Nelson Antunes (Diretor de Relações Institucionais da Associação dos Analistas da Fazenda Estadual do Rio de Janeiro - Anaférj)

"A Assemperj é um exemplo na luta pelos direitos dos servidores públicos. Nos últimos anos se consolidou em uma posição de destaque entre as entidades de classe e conseguiu ir além da representação dos interesses dos associados como servidores, oferecendo opções na melhoria da qualidade de vida dessas pessoas. A ANAFERJ tem muito orgulho dessa parceria. Nesses 30 anos de existência completados em um momento tão difícil para o país e para os servidores, desejo vida longa à entidade e seus dirigentes e sucesso na luta. Contem conosco!"



Vittorio Lo Bianco (Presidente do Sindicato dos Servidores da Fundacao Cecierj - SindCecierj)

"O SindCecierj parabeniza com muito entusiasmo os 30 anos de nossa entidade irmã de lutas, ações e projetos, a Assemperj! A luta da diretoria da associação pelos direitos de seus associados e de todos os servidores do Estado do Rio de Janeiro faz a diferença no contexto de não efetivação e revogação de direitos em que vivemos. Esperamos que nossa parceria seja duradoura e que a Assemperj mantenha sua luta aguerrida pelos próximos 30 e mais anos! Viva a Assemperj!"



Rodrigo Lélis (Presidente da Associação dos Servidores da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro - Asproerj)

"Nossa parceria começou em janeiro de 2019 assim que assumimos a Associação dos Servidores da Procuradoria, e no primeiro ano foi uma maravilha com eventos, aprendizados, trocas de experiências e o 'Samba do Servidor'. Fomos surpreendidos pela pandemia, o que nos fez ficar mais parceiros ainda e reaprendemos juntos formas de alcançar os associados frente a este desafio de trocar a pessoalidade pelo atendimento digital. Aprendemos demais com estes 30 anos de existência da Assemperj e espero que esta parceria possa permanecer independente de quem estiver à frente das associações. Parabéns pela diferença e pela proteção ímpar e exemplar aos servidores públicos".



Sindjustiça-RJ

José Carlos Arruda (Ex-Diretor do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Rio de Janeiro - Sindjustiça)

"Servidor por 42 anos, atualmente aposentado, neste período foi muito prazeroso ter conhecido os lutadores e representantes dos servidores do MPRJ. A Assemperj e o Sindsemp que sempre fizeram parte da construção do Muspe e, mais recentemente, do Fosperj à frente das grandes lutas e pautas conosco. Quero parabenizar a todos os colegas do MPRJ, em especial ao Flávio Sueth, uma grande liderança, que é muito focado nas discussões políticas do Estado e do Brasil. Lutamos juntos, também, em Brasília, em defesa dos nossos direitos. Espero que a importante parceria entre as entidades representativas dos servidores do TJ e do MP persista quaisquer que sejam suas lideranças, que têm grande responsabilidade frente aos servidores. Parabéns aos colegas do MPRJ por estes 30 anos, e por tudo que representa luta e faz junto ao Fosperj. Estamos juntos! Podem contar sempre comigo e com a categoria dos servidores do TJ-RJ".



Marcelo Rodrigues (Diretor da MasterClin Vantagens)

"A visão que a ASSEMPERJ tem sobre benefícios aos associados é um grande diferencial, pois encontramos em muitas associações esse tema tratado como algo mínimo. A comunicação ativa, ligada às ferramentas digitais disponíveis, faz com que as informações cheguem rapidamente e os associados possam desfrutar das vantagens oferecidas por cada parceiro, sendo ele na área da saúde, educação, planos, seguros ou comércio em geral. Essa atuação melhora e valoriza mais seus parceiros, trazendo um resultado positivo com a base, proporcionando economia e segurança dos associados na escolha de produtos e serviços".



AGENTE AUTÔNOMO
DE INVESTIMENTOS
XP Investimentos

Pedro Florêncio (Sócio e Assessor de Investimentos GolfInvest - XPI)

"A visão que a ASSEMPERJ tem sobre benefícios aos associados é um grande diferencial, pois encontramos em muitas associações esse tema tratado como algo mínimo. A comunicação ativa, ligada às ferramentas digitais disponíveis, faz com que as informações cheguem rapidamente e os associados possam desfrutar das vantagens oferecidas por cada parceiro, sendo ele na área da saúde, educação, planos, seguros ou comércio em geral. Essa atuação melhora e valoriza mais seus parceiros, trazendo um resultado positivo com a base, proporcionando economia e segurança dos associados na escolha de produtos e serviços".

Funcionários da Assemperj

30 Anos
ASSEMPERJ

Augusto Oliveira



"Conheço a associação desde os primórdios da fundação da Asproju. Fui admitido em 2008, trabalhava antes na Femperj, onde fui o primeiro funcionário. A entidade estava passando para a era da informação, fui contratado para ajudar na implantação de um novo sistema para controlar os gastos e cobranças dos serviços. Foi quando houve a mudança do nome fantasia para Assemperj. Os funcionários se tornaram meus grandes amigos, estão na equipe até hoje. Na atual gestão nosso quadro de funcionários dobrou, foram contratados mais profissionais para melhorar a comunicação. Com o crescimento modernizamos ainda mais o sistema, pois a Assemperj se agigantou chegando a mais de 2 mil associados. Na pandemia o processo de informatização foi acelerado, transformando as rotinas e o nosso trabalho, mas mesmo na adversidade melhoramos a qualidade dos serviços".

Fabio Maia



"Lá se vão quase 15 anos, em que passei por quatro diretorias, e hoje estou na quinta reeleita. O mais antigo funcionário da Assemperj e com muito gosto. Sou o faz tudo da instituição, mas hoje dedicado mais à parte financeira. Temos uma equipe muito boa, são anos de dedicação e empenho. Acompanhei de perto o crescimento da Assemperj. O lado triste foi perder uma grande amiga de trabalho, a saudosa Leila Rodrigues. Assemperj chegando a 30 anos e estive presente em metade da sua existência. São anos de lutas ao lado dos servidores, presidentes, funcionários. Importante lembrar as grandes conquistas, mesmo que a custo de ir para as ruas, ficar dentro ou fora da Alerj e encarar policiais, protestos, bombas, passeatas, apitaços, faixas em defesa do servidor do MPRJ. Faria tudo novamente pela Assemperj para os servidores. Sou 100% Assemperj e espero continuar nessa luta. Viva a Associação para mais 30 anos".

Pablo Rafael Luz



Antes de ingressar na Assemperj em 2010, foi estagiário na Secretaria das Promotorias Criminais no TJRJ por dois anos. Sempre acompanhou os processos administrativos da entidade, e foi se responsabilizando cada vez mais pelas questões relacionadas aos planos de saúde com a saída da funcionária Leila. Quando entrou ainda era outro sistema e a entidade tinha 800 associados, então acompanhou toda a evolução e contribuiu intensamente para o histórico aumento de mais de 2 mil associados.

"Tive o prazer de conhecer o tão querido Seu Oscar, participava do chá dos aposentados, e tantos outros associados. Na época do contrato antigo tinha cerca de 400 vidas, hoje só no contrato novo da Amil tem mais de 2 mil. Então, participei desta grande evolução contratual e assinei mais de mil formulários. É um grande sucesso, fico muito feliz de ter participado dessa evolução com um marco histórico de mais de 2 mil associados".

Leila Maria Moraes (in memoriam)



Ingressou na Assemperj no ano de 2008 como secretária administrativa, onde ficou até o ano de 2016, quando foi afastada por licença médica. Muito querida pelos funcionários e associados, sempre esteve à frente do atendimento da Assemperj com muita simpatia e solicitude. Participava de todas as atividades, como o café dos aposentados, e lembrava com muito afeto de todos. Após mais de cinco anos recebendo cuidados especiais, não resistiu à doença e veio a falecer em dezembro de 2020, com apenas 59 anos. A Assemperj tem muito carinho e gratidão por tudo que ela fez durante anos com muita dedicação e eficiência pela entidade.

Eduardo Sá



Jornalista com pós-graduação em Jornalismo Cultural na UERJ, colaborou em diversos veículos da mídia alternativa, onde tem uma coluna cultural na Mídia Ninja, e foi responsável pela comunicação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) por cinco anos. Ingressou na Assemperj pela primeira vez em 2011, quando ficou apenas três meses, e retornou em 2017 exercendo a coordenação da comunicação. Contribuiu na implementação das redes sociais, Revista do Servidor e demais canais de atendimento ao associado e de informações da categoria para a sociedade. "Há alguns anos estamos modernizando nossas ferramentas de comunicação institucional, é muito importante a visibilidade dos trabalhos da Assemperj não só aos associados como também à sociedade como um todo. Ficamos muito felizes pela evolução nos últimos anos e profissionalizaremos cada vez mais nosso trabalho. Política e comunicação devem andar de mãos dadas", afirmou.

Philippe Oliveira



Aos 25 anos está no último período de Administração e foi o primeiro estagiário da Assemperj. "Em meados de 2017 tive minha primeira experiência profissional, quando fui contratado para suprir a ausência de dois colegas à época. Neste ano entrei na faculdade e pude ser mantido como estagiário. Na associação pude ver na prática as atividades desempenhadas pelos colegas, assim como os aperfeiçoamentos provocados pela diretoria na administração. Fico orgulhoso de ter participado dessa história dos 30 anos da Assemperj, na qual cresci, amadureci, e pude entender melhor a importância dos conhecimentos aprendidos diariamente no ambiente de trabalho".

Thais Eiras



Formada em Design de Produto pela Universidade Federal Fluminense(UFF), com especialização em UX Design (Experiência do Usuário). Fez parte do Laboratório de Prototipação e Modelagem da UFF e, posteriormente, da Gerência de Programação Visual e do Núcleo de Sustentabilidade do MPRJ como estagiária. Na oportunidade, trabalhou em conjunto com o Centro de Memórias e o Núcleo de Saúde da instituição. Atualmente, faz parte da equipe de comunicação da Assemperj como Designer e vem contribuindo para a modernização dos canais virtuais da associação.

Lorena Azeredo



Estudante do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet), ingressou como estagiária em 2019. "A política sempre esteve presente em meus relacionamentos e atitudes. A paixão pelo serviço público aumentou ao fazer parte da associação, foi uma oportunidade ímpar de entender a esfera econômica-sindical por reivindicações pontuais. Visto que além de aprender e desenvolver a respeito das atividades de cunho administrativo, aproveitei para me aprofundar nos assuntos da política atual".

Diretores & Beneméritos



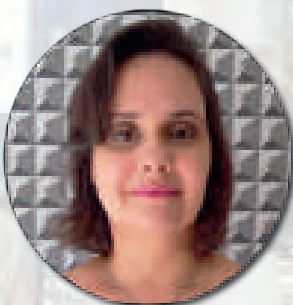
Ozias José dos Santos (Servidor do MPRJ há 27 anos)

"A construção da nossa entidade de classe foi reiniciada com muito empenho e vontade em 1999, pois na época contávamos com um grupo reduzido de servidores, sendo que após o segundo concurso realizado em 1994 essa realidade foi mudando e conseguimos formar uma nova gestão que desde então resultou na nossa entidade representativa da qual sempre fiz parte, tanto como Diretor Financeiro e integrante do Conselho Fiscal".



Carlos Brizzante (Servidor do MPRJ desde 2004, e a partir de 2013 foi Diretor Jurídico, Vice-Presidente e Conselheiro Fiscal da Assemblerj)

"O período em que participei foi de intensos embates com a Administração e com a ALERJ, em diversas pautas de interesse da categoria. Também foi uma época de muitas manifestações de rua, quando conseguimos mostrar aos servidores a importância da mobilização de todos na defesa de seus direitos. Desde então, enfrentamos muitas perdas diante das mudanças no país e no Estado, o que reforça a necessidade de nos mantermos vigilantes em relação às ações dos Governos, que buscam impor um regime de arrocho aos servidores públicos. Neste aspecto, a Assemblerj assume fundamental papel na defesa do serviço público, pois vivemos uma série de restrições decorrentes da pandemia da Covid-19 e ataques covardes a direitos sociais e trabalhistas".



Aline Faria (Servidora do MPRJ desde 2003, foi Diretora de 2013 a 2016 da Assemblerj)

"Nossa atuação sempre teve como meta a valorização do servidor de carreira do Ministério Público, quadro técnico indispensável para o bom desenvolvimento das atribuições constitucionais da instituição. A existência de uma associação classista para defesa dos direitos do servidor é sempre fundamental. Mas se revela de extrema relevância em momentos como o que estamos vivendo hoje, em que o serviço público vem sofrendo ataques de toda ordem, visando o seu desmonte e a destruição dos serviços prestados aos cidadãos. Por isso, defendo uma associação forte, com apoio irrestrito da classe, para que associados e direção possam juntos construir os caminhos de valorização da categoria".



Ana Lúcia dos Santos (Auxiliar Especializada que realiza o Bazar de Natal do MPRJ)

"Prestei concurso em 1994 e ingressei em 1997 e logo soube que tínhamos uma associação, ASPROJU, o presidente era o colega Uilson, eu mesma o procurei e manifestei interesse em me associar, fiz parte da diretoria na gestão da colega Glória. Sou associada há 24 anos. Ao longo desses anos presenciei muitas ações que só através de entidade representativa alcançaríamos. Parabênz a nossa associação pelos 30 anos e acrescento: Só a união faz a força!"



Márcia Nogueira (Assistente Social - Analista do MPRJ - Saúde/Serviço Social - desde 2002)

"As entidades de trabalhadores são fundamentais para a luta dos servidores públicos por seus direitos. Mas, além disso, são também um importante instrumento na defesa do Serviço Público de qualidade, se estiverem alinhadas aos interesses e demandas da população usuária das instituições. No caso do MPRJ, eu, como trabalhadora, sempre valorizei a Assemperj, e, hoje, o Sindsemp-RJ, como espaços de realização de propósitos que não se restringem aos meus interesses como integrante do quadro, mas que ampliam a participação política dos servidores na construção de uma instituição que incentive e realize serviços públicos em prol dos interesses da coletividade, numa direção progressista, em que os valores essenciais sejam a defesa da vida, dos direitos humanos e das políticas públicas e sociais que se voltam para a garantia da equidade e da Justiça Social".



Anália dos Santos Silva (Assistente Social no MPRJ desde 1997)

"Me associei à então Asproju por entender como fundamental a organização dos trabalhadores, incluindo os servidores públicos. Acompanhei o crescimento da Associação, que hoje tem uma estrutura administrativa e direção política que é resultado do empenho dos que se dispuseram a lutar pelas nossas reivindicações. Sua história é marcada por muitas conquistas, mesmo diante de cenários adversos os dirigentes têm dialogado com a Administração na defesa dos servidores. Guardo na memória o apoio na organização dos assistentes sociais, sobretudo para a realização de muitos encontros. O fortalecimento da Assemperj é imprescindível na luta pela valorização dos servidores, frente ao desmonte dos serviços públicos no Brasil. Vale ressaltar a condução da atual gestão, na articulação com outras entidades de classe, em âmbito estadual e nacional, nas estratégias de aproximação com os associados e na busca permanente de diálogo com a Administração do MPRJ".



Aline Cícero Cavalcanti (Ex-diretora jurídica, de comunicação e ex vice-presidente da Assemperj)

"Sempre colaborei com o trabalho em equipe, pois acredito ser este o espírito que impulsiona uma associação de classe. Aprendi que o convívio com os colegas é a grande ferramenta para compreender o interesse coletivo, representado pela associação, pois este interesse não é estático e nem sempre está bem delineado. Conhecer a classe é, nestes casos, capacidade imprescindível para definir as melhores alternativas jurídicas, políticas e administrativas para solucionar os desafios que constantemente surgem. Estabelecer trocas com servidores de outras instituições também foi um meio importante de ganharmos experiências e ampliarmos ações, que geraram êxitos para os nossos associados. Estes anos de experiência na Assemperj confirmaram minha percepção quanto à força do coletivo: ao priorizarmos a escuta dos outros, compreendendo as limitações de nossa interpretação unilateral, ganhamos uma nova visão menos individualista e mais plural".



Rubens da Cruz - (Está há 39 anos no MPRJ e participou de várias diretorias desde a fundação da Associação)

"A Associação é importantíssima, tivemos presidentes muito bons nestes trinta anos e sem eles não teríamos tantas conquistas para a categoria. Os mais novos entraram com uma visão aberta e progressista, principalmente a partir da gestão do Paulo Gustavo Hundertmark, que chegou de peito aberto e muito inteligente com uma equipe muito boa avançou em muita coisa. A Assemperj representa muito para a categoria, porque trabalha muito bem a questão de plano de saúde para os associados. Fora outros convênios que são feitos e muita gente deve utilizar. A força de uma Associação depende muito do número de associados, por isso convido a todos os colegas a se associarem".

30 ANOS

ASSEMPERJ

Patrocínio:



Apoio:



30 Anos

ASSEMPERJ



ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



SINDICATO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

